

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**A REQUALIFICAÇÃO URBANA NO PARQUE LINEAR NO ENTORNO
DO CÓRREGO DO CAJU**

Abelar Santana Moraes

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Jeane Aparecida Rombi De Godoy Rosin
Banca: Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho
Profa. Esp. Fabiana Zilli Salmoria

Várzea Grande - MT, dezembro de 2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**INTERVENÇÃO URBANA:
PROJETO DE UM PARQUE LINEAR NO ENTORNO DO CÓRREGO DO CAJU**

Abelar Santana Moraes

Monografia apresentada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande – MT, como requisito para obtenção do título de Graduado.

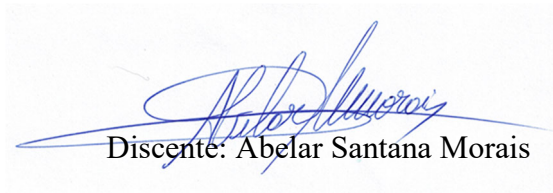
Prof.^a Dr.^a. Jeane Aparecida Rombi De Godoy Rosin
Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho
Profa. Esp. Fabiana Zilli Salmoria

Várzea Grande - MT, dezembro de 2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

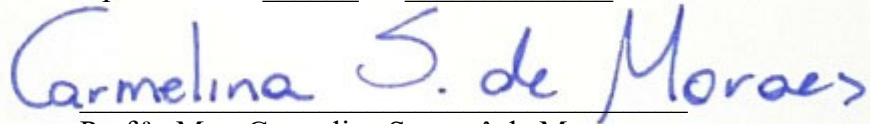
**Título: INTERVENÇÃO URBANA:
PROJETO DE UM PARQUE LINEAR NO ENTORNO DO CÓRREGO DO CAJU**



Discente: Abelar Santana Moraes

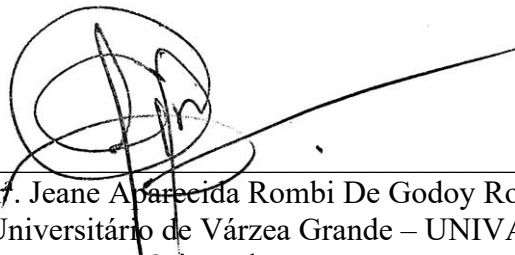
ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. JEANE APARECIDA ROMBI DE GODOY ROSIN

Aprovado em _____ de _____, 2020.

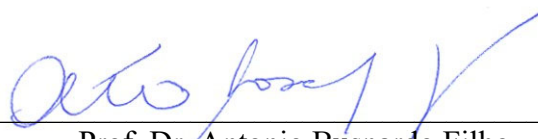


Prof.^a. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo

Comissão Examinadora:



Profª. Drª. Jeane Aparecida Rombi De Godoy Rosin
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Orientadora



Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Examinador



Profa. Esp. Fabiana Zilli Salmoria
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Examinador

A obra de arquitectura concretiza a síntese entre o pensamento do arquiteto (ainda que abstracto ideológico) e a realidade. Uma realidade que é antes de mais a condição geográfica: a arquitetura transforma uma condição de natureza numa condição de cultura. Esta transformação modifica um equilíbrio espacial existente num novo equilíbrio. O encontro entre o mundo ideológico do pensamento, o mundo abstracto do desenho e o mundo da realidade é também encontro com uma situação histórica, com uma entidade cultural, com uma memória da qual o território está impregnado e que, julgo, a arquitetura deve reler e repropor através de novas interpretações, como testemunho das aspirações, das tensões, das vontades de mudança do nosso tempo.

Mário Botta

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, o grande doador da vida por ter me abençoado com sabedoria, força e fé para percorrer e concretizar este meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida, pela sabedoria e pela fé no sustento destes anos todos dedicado aos estudos de Arquitetura e Urbanismo, momentos difíceis, bons e de aprendizado.

A todos e todas meus e minhas colegas de caminhada, que me ajudaram a aprender e a aprimorar meus conhecimentos quando, na dedicação e no desenvolvimento de trabalhos e estudos em grupo. Nós conseguimos construir um conhecimento de arquitetura e urbanismo.

A toda minha família por acreditar, juntamente, comigo neste meu sonho e por todo o apoio e compreensão nesta longa caminhada. Em especial, agradeço a minha amada e querida esposa Simone, pelo carinho, pelo incondicional apoio que sempre me deu durante todos estes anos dedicado aos estudos.

Aos meus filhos e filhas Núbia, Nicolas, Norton e Ninna pela compreensão, afinal às vezes precisei me ausentar, dedicando-me aos estudos. A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin, por todo o apoio e pela paciência em ensinar-me e principalmente, por ser fonte de inspiração para a realização deste trabalho de diplomação na área de Urbanismo.

A todos os professores e todas as professoras que com sua dedicação, seu conhecimento e sua experiência compartilharam comigo a teoria e prática, vitais em nosso curso.

A todos e todas meu muito obrigado, pois vocês de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para meu aprendizado e para que eu pudesse chegar neste momento de formação.

Lista de figuras

Figura 1 Recorte da área de São Paulo	42
Figura 2 Proposta de requalificação urbana no centro da cidade de São Paulo.....	43
Figura 3 Corte e vista do projeto	44
Figura 4 Volumetria do edifício.....	44
Figura 5 Perspectiva em 3D.....	45
Figura 6 Mercado Central de Pelotas.....	46
Figura 7 Fachada do Mercado Central e Largo Edmar Fetter	46
Figura 8 Delimitação geográfica do Parque Guarujá - Fonte: Cadastro técnico multifinalitário (CTM/PMB)	48
Figura 9 Zoneamento geral proposto para o parque Guajará.....	49
Figura 10 Área total da intervenção.....	53
Figura 11 Mapa de localização	56
Figura 12 Mapa do sistema viário (setor onde está inserida a área).....	57
Figura 13 Abairramento de Cuiabá.....	59
Figura 14 Entorno do local proposto para intervenção.....	60
Figura 15 Gabarito das edificações - Fonte Google Earth.....	61
Figura 16 Estudo de infraestrutura.....	62
Figura 17 Mapeamento de elementos naturais	64
Figura 18 Estudos do entorno do córrego do caju – Fotos do autor	66
Figura 19 Limites do bairro Morada da Serra - Fonte: Google Maps	69
Figura 20 Perfil do terreno Corte A	73
Figura 21 Perfil do terreno Corte B	73
Figura 22 Estrutura da Proposta de Intervenção.....	76
Figura 23 Planta de setorização	77
Figura 24 IMPLANTAÇÃO	78
Figura 25 IMPLANTAÇÃO - PLANO DE PAISAGISMO	79

Figura 26 Pórtico Parque do Caju.....	80
Figura 27 Administração	81
Figura 28 Posto Policial	82
Figura 29 Centro de Exposição Casa Bakairi	83
Figura 30 Praça Central	84
Figura 31 Sanitários	85
Figura 32 Horta Comunitária.....	86
Figura 33 Playground adulto.....	87
Figura 34 Playground infantil	88
Figura 35 Ciclovia	89
Figura 36 Pista de caminhada	90
Figura 37 Pista de skate	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Dados do Censo 2010	20
Gráfico 2 Dados do IBGE - Censo 2010	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dados demográficos e domiciliares do bairro Morada da Serra – Fonte: IBGE – Censo 2010	19
Tabela 2 Dados demográficos do bairro Morada da Serra - fonte: IBGE - Censo 2010	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Síntese análise comparativa dos projetos de referência.....	50
--	----

RESUMO

MORAIS, Abelar Santana. **Intervenção urbana: projeto de um parque linear no entorno do córrego do caju– Cuiabá/MT**. 2020. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande / MT, 2020.

Propomos neste trabalho, um projeto urbanístico no entorno do córrego do Caju, situado no bairro Morada da Serra na cidade de Cuiabá – MT, prevendo apresentar a requalificação urbana, em forma de parque linear, para ofertar à comunidade local um espaço de integração social, lazer e recreação. Para estudo utilizamos como metodologia uma abordagem teórica na leitura de livros, artigos, dissertações e teses. Como resultado, esperamos que além do espaço físico, possamos despertar em nossos legisladores a importância e a necessidade de cuidarmos dos nossos córregos. Afinal, acreditamos que recuperar o entorno do córrego do caju, como fizemos neste projeto, retornando-o em seus aspectos naturais, alinhado ao conceito de parque linear, trará melhoria na qualidade de vida da população do bairro e da grande CPA. Como resultado deste trabalho, a proposta urbanística do parque linear contribuirá para a população e resgatará a paisagem natural dos cursos d'água.

Palavras-Chave: Intervenção Urbana. Parque Linear. Urbanismo.

ABSTRACT

MORAIS, Abelar Santana. **Urban Intervention: Project of a linear park around the Corrego do Caju – Cuiaba/MT**. 2020. Monograph (Bachelor of Architecture and Urbanism), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande / MT, 2020.

In this work, an urban project was proposed in the surroundings of the Caju stream, located in the Morada da Serra neighborhood in the city of Cuiabá - MT, aiming to present the urban requalification, in the form of a linear park, to offer the local community space for social integration leisure and recreation. For the study, a theoretical approach was used as a methodology for reading books, articles, dissertations, and theses. As a result, it is expected that in addition to physical space, it will be possible to awaken in the legislators the importance and the need to take care of our streams. After all, it is believed that recovering the surroundings of the Caju stream, as was done in this project, returning it in its natural aspects, aligned with the concept of a linear park, will improve the quality of life of the population in the neighborhood and the large CPA. As a result of this work, the urbanistic proposal of the linear park will contribute to the population and rescue the natural landscape of the watercourses

Keywords: Urban Intervention. Linear Park. Urbanism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA	17
1.2 JUSTIFICATIVA	18
1.3 OBJETIVOS	21
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
1.5 INTERVENÇÃO URBANA - ASPECTOS CONCEITUAIS	25
1.6 CONCEITOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	27
1.7 FUNÇÕES E USOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	29
1.8 BENEFÍCIOS SOCIAIS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	30
1.9 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS	30
ASPECTOS NORMATIVOS	32
1.10 LEGISLAÇÃO SOBRE PARQUES URBANOS	32
1.10.1 <i>Os condicionantes e diretrizes legais</i>	32
1.10.2 <i>No âmbito internacional</i>	33
1.10.3 <i>No âmbito nacional</i>	33
1.10.4 <i>No âmbito local</i>	34
ASPECTOS SOCIOLÓGICOS	36
1.11 QUALIDADE DE VIDA	37
1.12 INOVAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA	39
1.1 ASPECTOS TÉCNICOS	40
1.1.1 <i>Infraestrutura verde</i>	40
PROJETOS DE REFERÊNCIA	41
1.2 PROJETO 01 – PROPOSTA PARA A RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS SUBUTILIZADAS NO CENTRO DE SÃO PAULO	41
1.3 PROJETO 02 – PROPOSTA PARA A REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS E SUA RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL	45
1.4 PROJETO 03 – PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA COM ENFOQUE AMBIENTAL PARA O BAIRRO PARQUE GUAJARÁ EM BELÉM DO PARÁ: UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA	47
1.5 MATRIZ DE ANÁLISE	50
1.5.1 <i>Apontamentos relevantes dos projetos de referência</i>	51
PROPOSTA DE PROJETO URBANÍSTICO PARA: PARQUE LINEAR DO CÓRREGO DO CAJU	53
MAPA DA LOCALIZAÇÃO	55
1.7 MAPA DO ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E GABARITO DE EDIFICAÇÕES	58
1.8 GABARITO DAS EDIFICAÇÕES	61
ESTUDO DE INFRAESTRUTURA	62
1.9 MAPEAMENTO DE ELEMENTOS NATURAIS	64

1.10	ESTUDO DO ENTORNO	66
1.11	CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS	69
PERFIL DO TERRENO.....		72
.....		73
ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE AMBIENTE / ATIVIDADE.....		74
PRÉ-DIMENSIONAMENTO		74
DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PROJETOS.....		75
ESTRUTURA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO		76
SETORIZAÇÃO		77
ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO.....		78
ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO – PLANO DE PAISAGISMO.....		79
DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS AMBIENTES		80
ELABORAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS		92
REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO		93

INTRODUÇÃO

A composição da cidade é formada por espaços públicos, abertos e acessível a todos e por espaços privados, de acessibilidade limitada. Em todas as cidades, os espaços privados ocupam significativamente seu território, porém, o que mais caracteriza as cidades são seus espaços públicos. Estes são formados pelas quadras, onde as pessoas fixam suas residências. Entretanto, ao construir moradias populares, as pessoas as fazem, sem infraestrutura urbana necessária para uma boa qualidade de vida.

A vida da cidade vibra pelo que acontece nesses espaços públicos, o trânsito, o ruído das ruas, o movimento de ir e vir das pessoas que circulam em suas ruas e vielas, praças, parques e jardins ou outros espaços escolhidos pela população como local de vivência comunitária, para sua ocupação em horas diversificadas e que são essenciais à comunicação e a socialização. A cidade existe para as pessoas.

No entanto, se for verdade que estas características sempre se associaram historicamente à cidade, fica-nos uma questão que passa pelo fato de que a cidade tende a sofrer alterações em sua formação no decorrer do tempo e essas alterações insinuam novas formas de vivência urbana comandadas pela economia, pela própria globalização das práticas culturais e territoriais, pela necessidade de novos meios de mobilidade, e que provocam outras transformações nos espaços públicos e em nossas relações de convivência urbana, transformações estas também motivadas pelas questões de trabalho, lazer e consumo dos bens produzidos na cidade.

Segundo Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano de Cuiabá (2004), verificou-se a existência de 31 córregos na capital, e desses córregos, muitos já tiveram seus leitos assoreados, retificados ou canalizados o que os descaracterizaram ou desconfiguraram

completamente. Isso acabou por transformá-los em receptores de esgotos domésticos e ou industriais não tratados, transformando-os em córregos nocivos a população urbana (CUIABÁ, 2004).

Verificou-se que em um desses córregos, o do Caju – localizado no bairro Morada da Serra na cidade de Cuiabá, as casas se formaram no fragmento de espaço urbano entre as quadras e o córrego. Esse fragmento foi aos poucos sendo invadido pela população, ocasionando diversos problemas de natureza social e ambiental, entre eles – a deficiência da infraestrutura urbana local. Além disso, o próprio córrego foi objeto de mal uso quando os moradores das quadras lindeiras e da invasão começaram a despejar seus dejetos no nele. Devido a essa ação, o córrego foi degradado, e hoje encontra-se infectado por dejetos humanos, lixos tanto orgânicos quanto sólidos e sua nascente está prejudicada.

Diante dessa problemática, propusemos neste trabalho, um projeto urbanístico no entorno do córrego do Caju, situado no bairro Morada da Serra na cidade de Cuiabá – MT, prevendo apresentar a requalificação urbana, em forma de parque linear, para ofertar à comunidade local um espaço de integração social, lazer e recreação, com o intuito de motivar ações que possam contribuir para a recuperação ambiental do córrego e assim melhorar a qualidade de vida.

Propomos retorno do córrego às condições naturais, para isso recomendamos: estabelecer um processo de despoluição do córrego; construção de uma rede de esgoto; replantio de árvores no entorno do córrego, mantendo a vegetação natural, e a projeção de um parque linear com equipamentos urbanos mínimos para dar uma infraestrutura à população do entorno. Esses equipamentos urbanos seriam: uma horta comunitária, um espaço para plantio de árvores frutíferas (tipo pomar comunitário), uma praça central, para uso da população e compartilhamento dos produtos da horta comunitária; um centro de exposição tendo por inspiração arquitetônica uma casa Bakairi (uma homenagem ao povo indígena que viveu nessa região) ainda na época da chegada dos bandeirantes e que com o decorrer do tempo foram sendo espalhados para o norte do Estado de Mato Grosso.

Em se tratando de um projeto de parque linear urbano, um dos espaços públicos mais significativo para caracterizar a cidade, compreendermos a importância desse local na tessitura da cidade, pois trata-se de propor um parque no entorno de um córrego que hoje se encontra assoreado e com alguns pontos canalizado. A proposta intenciona retomar o seu estado natural demonstrando para a população a grande importância que o córrego do caju tem para a bacia hidrográfica da cidade.

1.1 PROBLEMÁTICA

Em levantamento técnico realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano de Cuiabá (2004), verificou-se a existência de 31 córregos na capital de Mato Grosso. Muitos desses córregos já tiveram seus leitos assoreados, retificados ou canalizados o que os descaracterizaram ou desconfiguram completamente. Isso acabou por transformá-los em receptores de esgotos domésticos e ou industriais não tratados, transformando-os em córregos nocivos a população urbana.

Desde a década de 90, com o crescimento desordenado e ausência de políticas públicas em relação ao trato e cuidado com os córregos e nascentes, na cidade de Cuiabá, os córregos de um modo geral, e o córrego do Caju em particular, apresentam alterações em suas características naturais devido a ações inadequadas da população do seu entorno. Sendo, o córrego do Caju, um desses exemplos de córrego que tem sofrido com a ação antrópica, por receber restos de obras de construções e desvios de seu leito natural e somado aos despejos de efluentes domésticos e industriais, lixo e destruição de sua mata ciliar e de sua nascente e assoreamento.

Em dezembro de 1992, foi aprovada a Lei Complementar Municipal nº 003 – Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá, que em seu escopo trata da ordenação do crescimento da cidade, através do estabelecimento de diretrizes para orientar o desenvolvimento social integrado e ecologicamente sustentável da cidade.

No ano de 2007, entrou em vigor a lei nº 150/2007, revogando a lei nº 003/1992, e outras leis complementares, que regiam sobre o uso e ocupação do solo se seguiram, assim como leis complementares que traçam diretrizes quanto a hierarquização viária, embora haja essas leis, o uso do solo urbano na cidade de Cuiabá o seu cumprimento é falho principalmente quando se trata de uso do solo próximo a mananciais, córregos, áreas de APP¹.

O Bairro Morada da Serra está inserido no CPA III, predominantemente residencial multifamiliar. Esse bairro se caracteriza por fazer parte do grupo de bairros considerados dormitório, apesar de estar inserido no complexo dos CPA's, que possui uma característica estrutural de uma cidadela.

Nota-se que a falta de atendimento do poder público na infraestrutura urbana do bairro e de fiscalização oportunizou a população a fazer uso de áreas de APP, para construir outras moradias. Devido a isso, identificamos um adensamento desordenado e carente de todo os instrumentos urbanos que possam dar melhores condições de vida para a população. Visto que, a construção de moradias populares ao longo das margens do córrego do caju na Morada da Serra em Cuiabá – Mato Grosso, tem sido fator de desordenamento urbano e de falta de qualidade de vida para a população instalada naquele local.

1.2 JUSTIFICATIVA

O recorte espacial definido para a pesquisa proposta neste trabalho encontra-se no bairro Morada da Serra, inserida no grande complexo do CPA, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso que, na última década, tem passado por um acelerado crescimento populacional. O

¹ Conforme definição da Lei n. 12.651/2012, APP - Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

traçado urbanístico do bairro em pauta, é fruto de uma realidade produzida pela ação de diversos agentes moderadores do espaço: o poder público municipal que disponibiliza, ainda que parcialmente, infraestrutura concentrada em determinados pontos do bairro, e as ocupações desordenadas que sobrevivem nas zonas periféricas. Como resultado desta somatória é uma paisagem divergente, em que as áreas próximas as principais vias de acesso como a Av. Dr. Vicente Emílio Vuolo recebem maior atenção e as mais afastadas, como é o caso das quadras que farão parte da proposta de requalificação, áreas mais distantes convivem com vários níveis de descaso.

O bairro Morada da Serra possui grande diversidade tipológica, as quais podem ser identificadas nos parcelamentos espontâneos com predominância de moradias populares, conjuntos habitacionais, condomínios fechados, áreas institucionais e de uso misto. Este quadro pode ser compreendido a partir da leitura dos dados demográficos inseridos na tabela a seguir:

Informação censitária	Dados
Domicílios particulares permanentes	17.190
População residente	56.066 hab./há
Média de moradores por domicílio	3,5
Proporção de domicílios ocupados	93,50%
Proporção de domicílios não ocupados	6,5%

Tabela 1 Dados demográficos e domiciliares do bairro Morada da Serra – Fonte: IBGE – Censo 2010

Segundo o Censo do ano de 2010, verificou-se que a população da Morada da Serra se caracterizava por 69,7% de moradores na faixa etária entre 15 a 64 anos de idade, e 19,1% de 65 anos ou mais. O bairro como um todo possui uma população de 56.066 habitantes, sendo que desse grupo a população masculina representa 26.416 habitantes e a feminina 29.650 habitantes, percebe-se que a população feminina representa, portanto, 52,88% enquanto a masculina representa 47.12%.

Ainda segundo o mesmo censo, o número de domicílios particulares permanentes é de 17.190 para uma população residente de 56.066 habitantes.



Gráfico 1 Dados do Censo 2010

Os dados apresentados no gráfico demonstram que a população mais representativa do bairro que são as mulheres, e estas não estão sendo consideradas pelas políticas públicas locais, pois na maioria das vezes elas são o esteio de sustento das famílias, mas não possuem a posse das moradias.

Outro dado importante no bairro é a atual situação do parque Lagoa Encantada, que apesar de estar situada às margens do córrego do caju, e por não trazer forte ligação com mais nenhum tipo de equipamento público no bairro, acaba sendo esquecido pela população e pelo

poder público e com isso muitas pessoas nem sequer se beneficiam do parque por falta de manutenção e alguns até nem reconhece a importância da existência do parque no local.

Ressalta-se que as informações referentes ao bairro e às pessoas que nele se encontram elencadas, com o intuito de mostrar a relevância do projeto de intervenção urbanística, cujo objetivo primeiro é recuperar uma área de APP, também porque ao sugerir a intervenção, buscou-se controlar, acautelar e tornar mínimo os impactos ambientais, bem como proporcionar um novo estilo de vida – econômico, cultural e de lazer, para aquela comunidade cuiabana.

1.3 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral desenvolver um projeto de intervenção urbana – um parque linear na cidade de Cuiabá – MT, visando a recuperação ambiental no córrego do Caju situado no bairro Morada da Serra, despertando na população do entorno a apropriação correta do espaço público entendido como Córrego do Caju. Para tanto evidenciaremos conceitos, definições e aspectos funcionais, bem como a concepção dos projetos: ambientais, estéticos e estruturais para sua possível realização.

Em relação aos objetivos específicos, relacionam-se abaixo:

- Fazer um levantamento bibliográfico e documental sobre o conceito de parques urbanos;
- Analisar, sob a luz do conceito de Parque Urbano as legislações: Nacional, Estadual e Municipal, que precisam ser analisadas para a elaboração de projetos urbanísticos para a implantação de Parques Urbanos;
- Apresentar projeto de intervenção urbana – Parque córrego do Caju, como um resgate do espaço público, espaço ambiental, espaço contemplativo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.4 PARQUE URBANO LINEAR

Segundo Thaís Miranda (2020), dentre os envolvimento dos urbanistas no cotidiano das cidades, está sua contribuição no planejamento dos espaços urbanos públicos, que garantem a população uma melhor qualidade de vida. Nesta prática do planejamento, está a requalificação urbana como um dos fatores mais desafiadores para o urbanista, visto que cabe a ele planejar um reordenamento do espaço urbano público já vivenciado, para transformá-lo em uma nova maneira de ocupação desses espaços com o objetivo de oportunizar aos moradores e entorno uma nova vivência, e assim elevar a cidade a condições mais sustentáveis e dinâmicas da vida hodierna.

Partindo de uma proposta de intervenção urbana o arquiteto urbanista pode propor a recuperação e/ou a requalificação, renovação de áreas que estejam degradadas ou que já tenham sofrido o desgaste do tempo com a intensão de reestabelecer sua paisagem natural. Conforme nos informa Mariane Telles Sá Freire, em *Intervenção urbana nas orlas do rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes, RJ* (2015):

Uma intervenção urbana consiste em atuar em áreas já consolidadas da cidade de maneira a reestruturar e requalificar esses espaços que muitas vezes se encontram desvalorizados, degradados e desintegrados do restante. Esse processo é possível através de projetos e planos urbanísticos que objetivam o desenvolvimento local considerando diversos aspectos condicionantes, sejam culturais, ambientais, históricos ou sociais, afinal, antes de se intervir é preciso compreender a dinâmica do urbano e suas interrelações que pedem uma nova abordagem e um novo pensamento sobre seus processos (FREIRE, 2015, p.14).

Acompanhando a análise de Freire (2015), percebemos, portanto, que para se proceder com uma intervenção urbanística, se faz necessário que se conheça a história do local, em que se pretenda propor a intervenção, bem como compreender qual o significado que este espaço tem e terá após o processo de requalificação.

Assim, propõe-se, um parque linear apoiado nos conceitos de parque urbano de Ana Rita Carneiro e Liana de Barros Mesquita em *Espaços Livres do Recife*, 2000, que conceituam parque urbano como um espaço livre público com função predominante de recreação, que ocupa na malha urbana uma área em grau de equivalência superior a uma quadra típica urbana, geralmente apresentando componentes da paisagem natural, vegetação, topografia, elemento aquático, como também edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

Analisando alguns pressupostos históricos, verificou-se que os parques urbanos surgiram na Inglaterra, juntamente com a Revolução Industrial, processo desencadeado naquele país no século XVIII, porém, conforme nos diz Waldenicy Scalise em *Parques Urbanos – Evolução, Projeto, Funções e Usos* (2009) [...] o parque urbano tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos - o Park Movement liderado por Frederick Law Olmstead¹ e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston (SCALISE, 2009, p. 02).

Naquele contexto, os parques urbanos tinham a finalidade de recreação e de lazer, visto que a estrutura urbana, aumentava rapidamente, demandava por espaços que abrandassem os problemas urbanos, trabalhando como verdadeiros “pulmões verdes” para o contexto da cidade.

No Brasil, segundo Scalise (2009) os parques urbanos quando surgiram, são diferentes dos europeus, visto que as cidades não tinham o mesmo porte que as cidades europeias. Os parques daqui não eram para as massas, para a população, mas sim para as elites emergentes.

Cita-se como exemplo o Jardim Botânico no Rio de Janeiro, fundado em 1808, pelo príncipe Regente Dom João, criado pela família real portuguesa, exemplo de parque público, que manteve características inglesas. Conforme afirmam Silvio Soares Macedo e Francine

Gramacho Sakata em *Parques Urbanos no Brasil* (2003), “O Jardim Botânico do Rio de Janeiro é um exemplo típico de fusão das duas vertentes projetuais”, ou seja, o lugar do passeio, do “ver e ser visto” (MACEDO, SAKATA, 2003, p. 54). Isso porque a aristocracia passeava vestindo-se de acordo com a moda francesa. Estes jardins eram espaços públicos quanto à sua localização, mas espaços reservados quanto ao seu uso. Pois, somente as pessoas vestidas com esses trajes poderiam circular entre as palmeiras imperiais e a vegetação nativa brasileira, logo, a grande maioria da população carioca não tinha acesso a esses espaços.

Os autores Macedo e Sakata (2003) conceituam parque urbano como “[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno” (MACEDO; SAKATA 2003, p. 14). Sendo assim, além dos tipos de uso, funções e morfologia, deve-se incluir a obrigatoriedade da presença da vegetação arbórea, pois a massa vegetal e seus efeitos positivos no ambiente urbano é que fazem diferença entre o parque e outras áreas verdes.

Um exemplo de parque urbano é linear, que Segundo Prof. Dr. José Rodolfo Scarati Martins, em relatório: *Uso de técnicas urbanísticas para mitigação da impermeabilização: Parques lineares* (2013) que considera como Parque lineares aquelas de intervenções urbanísticas, cuja função é criar ou recuperar áreas verdes associadas à rede hídrica, utilizados como instrumentos estruturadores de programas ambientais em áreas urbanas, para o planejamento e gestão de áreas degradadas. Geralmente, a sua implantação busca, acordar aspectos urbanos e ambientais, dentro da legislação vigente e da realidade existente. Essas áreas são destinadas tanto à conservação quanto à preservação dos recursos naturais a partir da interligação de fragmentos de vegetação e da agregação de funções de uso humano, promovendo lazer, cultura e rotas de locomoção não motorizada (ciclovias e caminhos de pedestres).

Segundo Martins (2013), um parque linear pode contribuir para a melhoria do microclima urbano, em termos de qualidade do ar, balanço da umidade e captura de poeira e gases. Podem também constituir zonas de tampão, com potencial para melhorar o ambiente urbano

em áreas industriais ou altamente urbanizadas e servir como zona de atividades recreativas e culturais, ainda com foco na conservação e preservação da natureza.

A implantação do parque linear, entretanto, pode enfrentar alguns desafios, como a necessidade de fazer desapropriações e realocações, que podem encarecer seu custo. Além disso, por se tratar de um equipamento público de lazer, ele depende de serviços de gestão e manutenção periódica para garantir seu pleno e seguro funcionamento, sendo também de extrema importância a aceitação e o envolvimento da população para que se evitem depredações. Outros aspectos de projeto como acessibilidade, segurança e iluminação devem ser considerados (MARTINS, 2013).

1.5 INTERVENÇÃO URBANA - ASPECTOS CONCEITUAIS

As cidades de um modo geral, desde sua fundação, desenvolveram-se às margens de rios, dos córregos ou fontes de água para garantia parte de sua sobrevivência e trazer possibilidades para seu desenvolvimento. Ocorre que, com a ação antrópica desordenada, muitas vezes, levou o homem a desconfigurar o meio ambiente, ou até mesmo degradá-lo a ponto de não ter mais condições de moradia e sobrevivência adequada (VARGAS, 2015).

Com o passar do tempo, as cidades vão perdendo suas características físicas e a vida útil de suas edificações chegam ao final da vida útil, isso faz com que seus habitantes necessitem rever suas edificações e seus espaços públicos. As pessoas também reorganizam seus espaços a fim de usufruírem novas tecnologias da construção que vão surgindo; assim, as intervenções no espaço urbano se fazem necessárias, afinal o objetivo final de cada edificação ou espaço público é trazer mais conforto, segurança e melhoria na qualidade de vida de seus habitantes (VARGAS, 2015).

Entretanto, apesar de ter como objetivo, alcançar o bem estar à população, as cidades ainda continuam sendo fundadas, desenvolvidas de forma desordenada e muitas vezes em piores condições que no passado.

Nota-se isso observando a fundação da cidade de Cuiabá, que no início havia respeito aos espaços públicos, garantindo boa qualidade de vida para os seus habitantes; contudo, com o passar dos anos, novos desafios foram surgindo e fez com que a cidade crescesse, mas de forma desordenada, desrespeitando os espaços públicos e as áreas verdes no afã do desenvolvimento. Outro problema identificado é a omissão e ineficiência poder público, pois caso ele fosse eficaz, poderia refletir junto à comunidade as consequências que o crescimento desordenado e desenfreado poderia trazer para a cidade.

Um exemplo deste contexto é o local, conhecido como córrego do Caju, que em tempos de outrora era uma área rica em vegetação natural do cerrado, em que suas águas corriam livres de poluentes, e ainda havia a possibilidade de ser um córrego onde a população poderia usar como água potável. Na atualidade o local enfrenta diversas demandas decorrentes do processo de urbanização, onde, há a necessidade de realizar intervenções no espaço urbano.

Conforme Flávia Marcarine Arruda em *A participação do usuário na arquitetura e em intervenção urbana* (2017), a intervenção urbana é uma ação para a modificação do espaço público pelo trabalho intencional e planejado do homem na escala da cidade, podendo ter caráter artístico, arquitetônico e urbanístico. Tem como função reaver o espaço público, a edificação ou espaço verde que tenha passado pelo processo de degradação, ou que está ao final de sua vida útil. Sendo assim, a partir da análise e de um novo projeto, propõe-se ações corretivas capazes de atribuir ao local significação ou ressignificação para a população.

Para Moura et al (2006) em *A Revitalização Urbana – Contributos para a Definição de um Conceito Operativo* (2006), a intervenção urbana é uma estratégia, um processo, que se distingue das generalidades de programas urbanísticos, capaz de provocar iniciativas, projetos e ações tanto de caráter transversal e setorial, tornando-se um instrumento de gestão coletiva do espaço público.

Na visão das pesquisadoras, Alvim *et al*, em *artigo A urgência das águas: intervenções urbanas em áreas de mananciais* (2015) evidenciam que o processo da produção do espaço urbano, fenômeno da urbanização, dissociado de políticas públicas e de projetos urbanísticos devidamente articulados e includentes eclodem em caos no espaço urbano e na desconfiguração desse espaço. Daí a necessidade de intervenção urbana como instrumento de diversas ações para a devida correção e ou readequação do espaço urbano, de forma planejada e includentes. A fim de, reposicionar o espaço urbano ao seu legítimo patamar, visando reestabelecer para a população do entorno uma qualidade de vida adequada.

Dessa forma, depreende-se dos autores anteriormente citados, que a intervenção urbana é um processo integrado e integrador, multidisciplinar, que lida com políticas públicas com o objetivo de resgatar, reintegrar ou readequar o espaço urbano em determinada área, para o correto uso que esse espaço deva ter. Pois, o objetivo final de qualquer intervenção urbana, seja ela artística, urbanística ou arquitetônica é o de ressignificar o espaço urbano para a população do entorno.

Verifica-se também que toda intervenção urbana é um processo, e se desenvolvem em projetos interdisciplinar e multidisciplinar, para a otimização do espaço urbano dentro de uma nova realidade. Isso porque a intervenção urbana tem uma vida útil, com o passar do tempo necessitará de outra intervenção. Por isso entendemos a intervenção como um processo.

1.6 CONCEITOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

No campo do urbanismo, tanto para o arquiteto quanto para o urbanista, um grande desafio se instaura na requalificação urbana. Isso porque quando o profissional propuser a requalificação à uma comunidade, ambos precisam realizar uma análise criteriosa e detalhada do espaço.

Para conceituarmos a requalificação cita-se, Marcelo Antônio Sotratti, em *Revitalização*, segundo Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, 2019:

A requalificação urbana no Brasil como termo inicialmente (...) foi empregado como revitalização urbana. No entanto, a precisão e a riqueza da língua portuguesa fizeram surgir uma séria discussão entre os profissionais envolvidos com tal prática. Apesar de não haver consenso entre os profissionais envolvidos aceita-se a ideia de planejamento e ou estudo dos espaços urbanos para lhes atribuir uma refuncionalidade, acompanhada pela manutenção e modernização dos espaços públicos e seus patrimônios (SOTRATTI, p.17, 2019).

Segundo as autoras, Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard de Castilho em *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados* (2015), afirmam que o termo requalificação urbana, surge como uma forma de intervenção dos espaços urbanos, uma terminologia inaugurada a partir da década de 1990, com o sentido de renovação e preservação, pois “[...] de um lado se tinha as transformações do tecido urbano, com projetos de renovações urbanas, e, pelo outro extremo, têm-se a necessidade de conservar os patrimônios históricos, ambientais e sociais das cidades(VARGAS, p.19,2015). Sendo assim, o sentido atribuído à requalificação é para ações que buscam o reordenamento, a proteção e a recuperação dos espaços urbanos.

Já para Moura *et al* (2006), a requalificação urbana está voltada para os instrumentos capazes de melhorar a qualidade de vida da população, sejam eles a recuperação dos equipamentos e da infraestrutura, dando destaque também a valorização dos espaços públicos com medidas de dinamização social e econômica, através de melhorias urbanas, de acessibilidade ou centralidade. A requalificação engloba processos de alteração em uma área urbana com a ideia de lhe dar nova função, diferente daquela pré-existente.

Maria da Graça Santos Antunes Moreira em *Requalificação urbana: alguns conceitos básicos* (2007), compreende tal qual como Moura *et al* (2006), uma requalificação urbana capaz de corroborar com a economia local, valorização assim, o social:

[...] recuperar o sentido da ubiquação residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestrutura à valorização da imagem interna e externa passando pelas provisões dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos da nova rua, da nova aldeia deverão levar à Metrópole sem trauma (s) de regresso. A estratégia deve levar a acções que permitam descobrir e

qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela nossa vivência, pelo patrimônio – o que se herdou e importa valorizar, como também o que também deve construir no espírito do tempo (MOREIRA 2007, p.180).

Moreira (2007), diferentemente dos outros autores anteriormente citados, propõe uma requalificação econômica, capaz de criar condições adequadas para uma atividade rentável, desenvolvendo atividades e empregos aos moradores no entorno da área. Ao incentivar o setor econômico, colaborará para a inclusão dos habitantes do lugar. A requalificação social surge com a finalidade de interromper o círculo de miséria em certas áreas urbanas, modificando assim a percepção social local.

1.7 FUNÇÕES E USOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

Segundo as autoras Margarita Barreto e Jacinta Milanez Gislon em *O flâneur revisitado: processos de revitalização urbana e caminhabilidade* (2013), a requalificação tem por função fazer parte de um processo de planejamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir novos valores de forma cumulativa de maneira que a intervenção a médio e longo prazo, e de forma relacional possa promover novos vínculos entre territórios, atividades e pessoas, e, por conseguinte influenciar na melhoria da qualidade do ambiente urbano e na melhoria das condições socioeconômicas. Além disso, considera-se que requalificar é dar nova vida a um lugar ou espaço público, renovando-o. O uso da proposta de requalificação para o projeto do córrego do Caju, consiste no fato de que ele está em um trecho, entre as três quadras ao lado norte do córrego, estarem em situação de degradação. Nesse mesmo local, constata-se a ocupação irregular da área de APP.

1.8 BENEFÍCIOS SOCIAIS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

Com o crescimento das cidades vão surgindo fragmentos urbanos de área verdes, ora como parte de um planejamento urbano, ora como fragmento mesmo, sobra de espaços onde não se pode construir edificações. Mas todas essas áreas verdes cumprem um papel social e ambiental na salubridade dos centros urbanizados, mas, contudo, compreendemos, que em todas as cidades deva haver normativas registradas em leis para uma correta implantação desses espaços verdes. Para que isso ocorra, no sugere Laera (2005, p.2), a população deve recorrer aos poderes públicos para que elaborem, com a participação da população, um Plano Diretor de Arborização Urbana.

Os principais benefícios sociais da requalificação urbana são a possibilidade de trazer novamente a melhoria da qualidade do espaço urbano de tal forma a renová-lo e ou dar novo significado a ele.

Acredita-se que, com a requalificação haja recuperação do entorno ao córrego do caju na Morada da Serra em Cuiabá – MT, fazendo emergir novas alternativas de caráter social, físico, cultural e econômico, proporcionando assim, a melhoria da vida urbana como um todo, servindo como um projeto piloto para ser estudado, analisado e proposto aos demais espaços urbanos que compõem o bairro Morada da Serra.

1.9 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

Compreende-se como benefícios ambientais da Requalificação urbana conforme que nos diz Laera (2005, p.2) que em todas as cidades em sua tessitura urbana tem nas áreas verdes um grande e importante aliado como esmorecimento das zonas de calor e poluição do ar trazendo um reequilíbrio entre as áreas edificadas e o meio natural.

A partir do momento que os projetos de requalificação urbana são postos em prática percebe-se que eles trazem muitas melhorias ambientais para os espaços públicos envolvidos no projeto. O ambiente é todo saneado, principalmente quando se consegue resgatar as características das áreas verdes que compõem esses espaços, por proporcionar melhorias na qualidade da ventilação tanto nas áreas externas quanto nas áreas internas entre as habitações, dentre outros aspectos.

Quando se propõe a despoluição do córrego do caju, que se encontra hoje totalmente degradado, atualmente utilizado como uma rede de escoamento de esgoto a céu aberto, e que, apesar de já sido objeto de estudo pela equipe da prefeitura de Cuiabá, até a presente data não recebeu nenhuma ação pública dedicada a sua recuperação. Dessa forma, quando propomos a despoluição e a recuperação da sua nascente, tem-se por objetivo reestabelecer as condições de higiene e saúde para a população do entorno, além da recuperação de seu ecossistema.

Em visita técnica no local, percebeu-se que a área pertence ao Governo Estadual, e em conversa informal com algumas moradoras obteve-se de suas falas, que a área no entorno no córrego do caju, é alvo de grupos de traficantes. Verificou-se que por ser uma área erma e sem atendimento público, esse tipo de ação é favorecida por parte desse substrato social.

Por fim, quando se propõe transformar o entorno do córrego do caju em parque linear, temos por finalidade recuperá-lo, fazendo com que ele retorne às suas condições naturais, com isso trazendo proteção do ambiente, garantindo-lhe sustentabilidade.

ASPECTOS NORMATIVOS

1.10 LEGISLAÇÃO SOBRE PARQUES URBANOS

1.10.1 Os condicionantes e diretrizes legais

As definições, os estudos e o planejamento de intervenções urbanas, que eclodem em projetos de parques urbanos, faz com que o urbanista fique atento as condicionantes legais e históricas do local escolhido para a implantação do projeto. Para efeito de projeto de um parque urbano, como proposta deste trabalho, buscamos compreender quais as diretrizes legais em nível Nacional, Estadual e Municipal.

Além disso, é importante que o urbanista estude, análise e pesquise a população a localização – bairro e entornos – da implantação, para que consiga, em seu projeto, significar ou ressignificar o espaço urbano pretendido. Pois compreendemos que, se a intervenção proposta não for de interesse, de aceite e até mesmo de apropriação pela comunidade do entorno, ele não terá sentido de existir.

Desde 2007 foi constatado a nível mundial que a população, de modo geral, tem se concentrado nos centros urbanos. Isso se deve ao fato de que as pessoas estão em busca de melhorias da qualidade de vida. Acontece que essa melhoria da qualidade de vida não acontece devido ao fato de que os centros urbanos não estão devidamente preparados para acomodar todo esse contingente de população. Com isso nos grandes centros urbanos, e Cuiabá não está isenta disso, houve essa grande concentração e consequentemente marginalização das populações mais carentes. A partir deste período, as instituições internacionais, bem como as instituições nacionais têm se debruçado em discutir e definir políticas públicas, que possam buscar ou apontar novas possibilidades de reordenamento urbano e consequentemente reestruturação do quadro populacional.

1.10.2 No âmbito internacional

Desde 1978, a ONU tem demonstrado interesse em analisar, discutir e propor diretrizes que possam trazer inovações quanto à questão dos assentamentos humanos, com a criação do programa das nações unidas para assentamentos humanos (ONU-HABITAT).

Dentre os principais temas foram editados pela ONU-HABITAT uma série de programas com ações voltadas as questões: Planejamento e desenho urbano local e metropolitano.

- ✓ Legislação urbana e finanças municipais.
- ✓ Habitação e assentamentos precários/informais.
- ✓ Serviços básicos urbanos (água, saneamento, energia, mobilidade urbana e resíduos).
- ✓ Segurança urbana e espaços públicos.

Esse programa da ONU tem por objetivo servir como um orientador e ou diretriz para, dentre outras diretrizes, orientar o poder público quando da criação ou crescimento das cidades e comunidades para que se tornem cidades e ou assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Nesta linha de pensamentos compreende-se uma requalificação urbana como um processo.

1.10.3 No âmbito nacional

Em nível nacional encontra-se na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

Também no âmbito nacional encontramos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, que legisla em seu parágrafo único do Art. 1º trata: “[...] para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

E em seu Art.2º trata: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...) item IV – Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” (CUIABÁ, 2007).

Dessa forma, partindo da observação legal, recomenda-se o projeto pois ele atende as especificações legais, também oferece novo significado aos fragmentos do desornamento urbano que ocorre com a ação antrópica.

Pois entende-se que a legislação nacional nos propõe um caminho estabelecendo diretrizes quanto ao uso e ocupação do solo urbano que os municípios devem refletir em seus Planos Diretores quando estabelecerem leis municipais para o uso e ocupação do solo urbano. E o município de Cuiabá irá refletir essa legislação nacional em seu Plano Diretor.

1.10.4 No âmbito local

No âmbito local a legislação que traça as diretrizes para o planejamento urbano, encontra-se na Lei Complementar nº 150 – Plano Diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá:

Art. 5º - O Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá rege-se pelos seguintes princípios:

- I – a promoção da qualidade de vida da população;
- II – Justiça social e redução das desigualdades sociais regionais;
- III – inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os municípios;
- IV – Direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;
- V – Respeito às funções sociais da Cidade;
- VI – Transferência para a coletividade de parte da valorização imobiliária inerente a urbanização;
- VII – direito universal à moradia digna;
- VIII – universalização da mobilidade e acessibilidade;
- IX – Prioridade ao transporte coletivo público;
- X – a valorização cultural da cidade e de seus costumes e tradições;
- XI – preservação e recuperação do ambiente natural;
- XII – fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle;
- XIII – descentralização da administração pública;
- XIV – participação popular nos processos de decisão, planejamento e gestão;
- XV – o fortalecimento do Poder Executivo na condução de planos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento de Cuiabá, mediante a articulação com os demais entes de governo e a parceria com agentes econômicos e comunitários;
- XVI – a integração entre órgãos, entidades e conselhos municipais, visando à atuação coordenada no cumprimento das estratégias fixadas neste Plano e na execução de programas e projetos suplementados (CUIABÁ,2007).

Conforme observa-se na citação do Art. 5º do Plano Diretor da cidade de Cuiabá (2007), que trata sobre o direito à cidade para todos, compreendendo como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana e consequentemente ao exercício plena da cidadania, quando estabelece a representatividade da população no planejar, nas tomadas de decisão e de participar da gestão como parceiro comunitário.

Entende-se que a legislação municipal nos propõe diretrizes refletida no seu Plano Diretor e quando estabeleceu a lei 150 que define sobre o uso e ocupação do solo urbano. E como esse fragmento urbano, no entorno do córrego do caju e o próprio córrego estão com características de mau uso e subutilizado, e já apresentando estado avançado de degradação, propusemos esta requalificação projetando um parque linear no entorno do córrego do caju.

Na presente proposta de requalificação urbana, apresentou-se ao grupo de moradores e à prefeitura de Cuiabá - MT, um projeto para trazer nova vitalidade ao espaço urbano ao longo das margens do córrego do Caju no bairro Morada da Serra, no intuito de contribuir com o item XI que é o de preservação e recuperação do ambiente natural do córrego e seu entorno.

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

Propor a requalificação urbana para um trecho em um bairro na cidade de Cuiabá, requer participação multidisciplinar e interdisciplinar, em que a soma desses conhecimentos e esforços coordenados conseguirão projetar uma requalificação que consiga atender a diretriz do Plano Diretor de preservação e recuperação do ambiente natural.

Portanto, pensar em uma requalificação urbana só é possível de fato, quando se analisa de forma multidisciplinar e se coordena de maneira interdisciplinar para se chegar a um projeto urbanístico, que seja suficiente e eficiente na proposição de resgate da cidadania e do pleno uso e ocupação do espaço urbano, garantindo e possibilitando melhor qualidade de vida.

Quando um visitante vem a Cuiabá, por mais que não conheça a história da formação da cidade, percebe que há diferenças dos espaços urbanos.

Diante das leituras realizadas, compreende-se que a proposta de alteração, requalificação ou revitalização em espaços públicos, traz no seu bojo provocações e alteração sociológicas. Muitas vezes, torna-se necessária uma realocação de moradores, isso pode provocar alterações sociais, assim é preciso haver o acompanhamento desses grupos, visto que quando as pessoas de modo geral se agrupam, elas

formam seus tipos a partir do ambiente em que convivem. Isso deve ser levado em conta quando se pensa em um processo de requalificação urbana.

Outro exemplo, quando se processa uma realocação, é preciso ficar atento à questão da vizinhança. Ou seja, quando realocar moradores procurar, dentro do possível, manter as pessoas que já estão acostumadas na convivência comunitária, mantê-las próximas umas das outras, evitando-se assim o sentimento de não pertença que pode ocorrer nas pessoas.

Outra observação que faz-se necessária é o fato de que no Bairro Morada da Serra existem já construído condomínios populares que ainda não estão habitados, e esses condomínios poderia, em parceria com o poder público servir de moradia para esse grupo de pessoas que invadiram o espaço de APP para que eles fossem realocados para esses condomínios.

Em um projeto de requalificação urbana sempre se deve levar em conta a busca pela melhoria da qualidade de vida da população, providenciando que o novo desenho do espaço público seja um resgate a cidadania plena do indivíduo.

Num projeto como esse, de requalificação do espaço público das três quadras e entorno do parque do córrego do Caju, que pretende em seu escopo realocação e redefinição de uso do espaço, a temática qualidade de vida da população, deve ser a tônica principal do projeto.

1.11 QUALIDADE DE VIDA

Ao se planejar um espaço urbano, precisamos ter em mente que o objetivo final é a melhoria da qualidade de vida da população que utilizará este espaço.

Conforme Roberto Braga, em *Qualidade de vida urbana e cidadania* (2002),

O conceito de qualidade de vida implica tanto a ideia da satisfação de necessidades ou, pelo menos, da possibilidade de sua satisfação, quanto a ideia de falta de privação. [...] Dado que as necessidades humanas são múltiplas (poderíamos dizer

ilimitadas) e variam historicamente, geograficamente e socialmente, esse é um tema em que há pouco consenso. Além disso, a qualidade de vida também possui aspectos subjetivos: a quietude de uma bucólica cidade do interior pode ser encarada tanto como fator de tranquilidade quanto de monotonia. (BRAGA, 2002, p. 1).

O parque linear urbano está relacionado à qualidade de vida, esta por sua vez diretamente ligada as condições que envolvem desde o bem estar físico, mental, psicológico e emocional, perpassando pelos relacionamentos sociais, como familiares, também ligados a saúde, a educação e a todos os outros parâmetros que afetam a vida humana.

Ademais é preciso levar em conta, quando se fala de qualidade de vida de se tratar, não só no discurso, mas também levar à prática os propósitos, diretrizes descritas na agenda 2030. Onde todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas propostas na Agenda 2030 frutifiquem em ações do poder público e da população de modo geral.

Pensando dessa forma, quando propomos uma requalificação urbana traduzido em um projeto de parque linear corrobora em auxiliar na melhoria da qualidade de vida. Pois, morar bem, morar com dignidade e usufruir de um espaço público saudável e sustentável resgata na população do entorno sua dignidade de vida.

Nesse momento resgatamos Enrique Leff (2002) em *Epistemologia ambiental* que afirma:

A qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente, e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado (a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, a prevenção diante de desastres naturais, a valorização e preservação da base de recursos naturais, sustentabilidade ecológica do hábitat) (LEFF, 2002, p. 149).

Dessa forma, os parques lineares além de colaborarem para a qualidade do ambiente também proporcionam qualidade de vida aos seus moradores, visto que são lugares saudáveis que proporcionam através de atividades físicas e recreação, sentimento de bem estar físico e mental, em local de integração entre os pares, corroborando para melhor qualidade de vida, e consequentemente uma saúde melhor para a população.

1.12 INOVAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA

Referente ao que tem-se lido a respeito das intervenções urbanas propostas, no âmbito dos projetos de requalificação, todos trazem uma contribuição positiva no sentido de resgate da alma dos espaços públicos. Nosso projeto, irá contribuir na alteração do espaço urbano como um todo, propiciando a consolidação de uma nova dinâmica urbana, preparada para acomodar a população que fará parte do processo de requalificação.

Será proposto o projeto urbanístico de um parque linear no entorno do córrego do caju, na cidade de Cuiabá em Mato Grosso, com o intuito de reestabelecer no local a sua regeneração com ações que vão desde a despoluição do córrego do caju, recuperação da vegetação arbórea, e plantio de árvores do mesmo bioma, produção de um pomar e horta comunitário, bem como a construção de espaços públicos que promovam o convívio comunitário como pista de caminhada, ciclovia, playground infantil e adulto, área de lazer e esporte, bem como um espaço específico para que a população possa resgatar sua memória na edificação de um centro de exposição inspirado na arquitetura indígena, usando como inspiração a arquitetura da etnia Bakairi.

Conforme nos ensina Jan Gehl, em *Cidades para pessoas* (2015)

Em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar. Mas nas cidades, há muito mais em caminhar do que simplesmente andar. Há um contato direto entre as pessoas e a comunidade do entorno. [...] é uma forma especial de comunhão entre as pessoas que compartilham o espaço público como uma plataforma e estrutura (GEHL, 2015, p.61-115).

Conforme nos propõe Gehl (2015) é preciso pensar a cidade na dimensão da pessoa, na sua inteiração, imersão profunda no caminhar, para que a verdadeira comunhão entre os espaços públicos e os indivíduos se renovem e se confirmem como parte integrante um do outro. Afinal, são nos espaços públicos, que as pessoas se encontram, se olham, se veem e compartilham os mesmos desejos, anseios e

possibilidades. No espaço público, não pode haver diferença ele é democrático e é acolhedor. Ali renovam-se as esperanças, dá-se um novo fôlego de vida saudável para as pessoas.

1.1 ASPECTOS TÉCNICOS

1.1.1 Infraestrutura verde

A infraestrutura verde contribui com novas técnicas para a conservação da biodiversidade. Atualmente, o termo ‘infraestrutura verde’ tornou-se reiterado em conservação e desenvolvimento do solo em todo o mundo. Entretanto, o termo significa diferentes coisas dependendo do contexto em que é utilizado, visto que pode ser desde o plantio de árvores, que tragam benefícios ecológicos em áreas urbanas; para outros refere-se a estruturas de engenharia tais como manejo de enchentes ou tratamento de águas projetado para tornar-se ambientalmente amigável. “No entanto infraestrutura verde pode ter um significado mais ambicioso e abrangente” (FRANCO, 2010, p. 141).

Conforme Silva Filho e Tosetti (2010), a infraestrutura verde na forma de arborização das vias públicas, áreas verdes e parques urbanos proporciona diversos serviços ambientais muitas vezes não percebidos no cotidiano dos moradores, tais como a diminuição das ilhas de calor, de poluição atmosférica e sonora, de danos aos asfaltos por aquecimento e dilatação e da amplitude térmica. “[...] A oportunidade de viver próximo às áreas verdes também proporciona uma melhoria na saúde, diminuindo os índices de doenças respiratórias e obesidade” (SILVA FILHO; TOSETTI, 2010, p. 13).

Dessa forma, se entende que a infraestrutura verde ocasiona vários benefícios ao meio urbano, bem como melhora a qualidade de vida da população.

Em qualquer aspecto dos níveis de conhecimento e de técnicas aplicadas, nada se parte do zero puro, sempre tomamos exemplos anteriores e experiências passadas. Nas cidades, acontece o mesmo, há um momento temporal vivido e experimentado que se deve levar em conta quando se planeja algo novo.

Assim, para elaborar a presente proposta também lança-se mão de exemplos de requalificação urbana que já foram executados com bons resultados em outras cidades, que são referências, pois, em se tratando da cidade de Cuiabá-MT e do bairro Morada da Serra, precisamos ter o conhecimento histórico da formação da cidade e conseqüentemente do bairro, entender sobre suas especificidades, suas características, seus anseios e suas perspectivas de crescimento, desenvolvimento e de qualidade de vida da população do entorno.

PROJETOS DE REFERÊNCIA

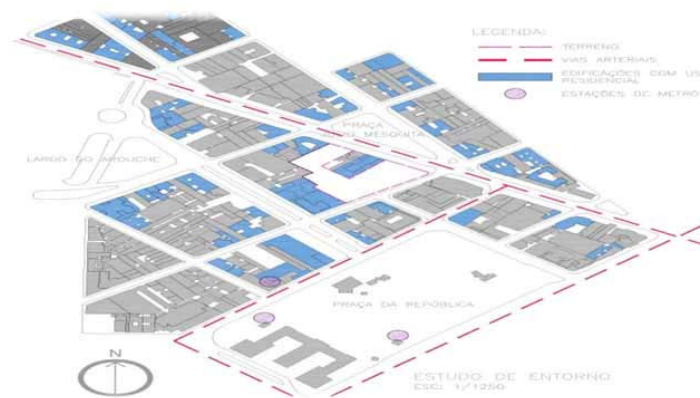
1.2 PROJETO 01 – PROPOSTA PARA A RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS SUBUTILIZADAS NO CENTRO DE SÃO PAULO

A arquiteta e urbanista Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, desenvolveu uma proposta para a recuperação e requalificação de áreas subutilizadas no centro de São Paulo (2016), a partir da análise da realidade do esvaziamento do centro histórico da cidade de São Paulo, e percepção do abandono dos prédios históricos, bem como a degradação em alguns pontos focais do centro histórico, propôs a recuperação e requalificação de áreas subutilizadas no centro de São Paulo.

Nesta análise, a autora verificou que há mais de dez anos não havia investimentos adequados quanto à estruturação e ao planejamento urbano, nem mesmo políticas públicas previstas para a cidade de São Paulo, bem como sua região metropolitana. Constatou também que, nas áreas centrais do centro histórico da cidade de São Paulo, além dos problemas relacionados a conservação do patrimônio histórico havia também problemas relacionados à área social, de saúde e de economia.

A partir dessa análise, a arquiteta propôs recuperação urbana no distrito territorial da Subprefeitura da Sé, definindo um recorte localizado entre as avenidas São João, rua Aurora (perpendiculares entre si), conforme figura 1.

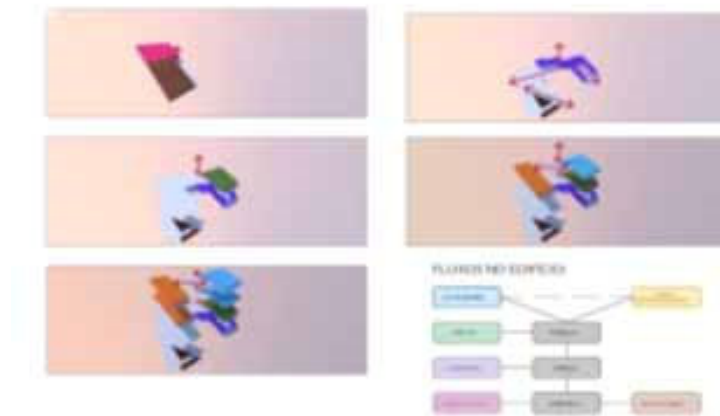
Figura 1 Recorte da área de São Paulo



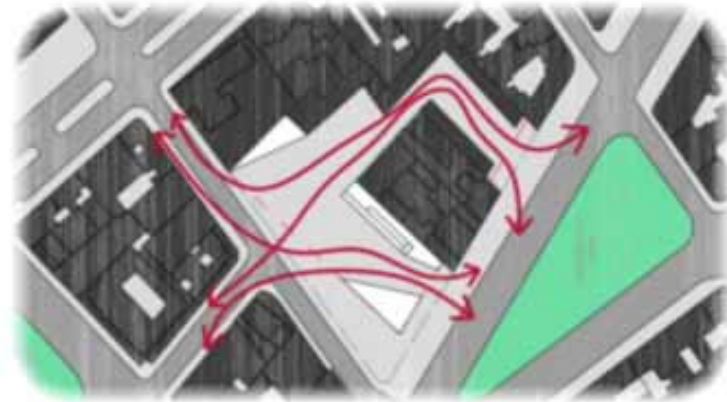
Fonte: Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, 2015.

A proposta de requalificação urbana de Bortolozzo (2016) tinha como objetivo a recuperação de lotes não utilizados ou subutilizados do centro da cidade de São Paulo, tensionava propiciar melhoria na mobilidade urbana através da fruição pública, garantindo a permeabilidade entre as quadras, que hoje são muito extensas; veja a proposta nas imagens 2, 3, 4 e 5:

Figura 2 Proposta de requalificação urbana no centro da cidade de São Paulo



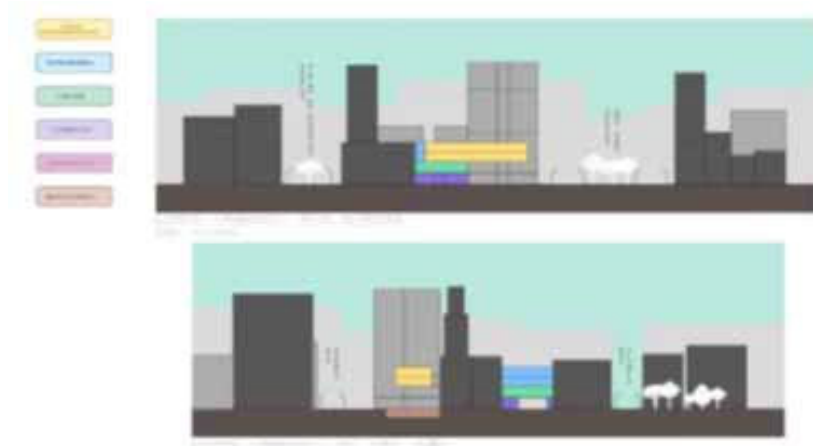
Fonte: Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, 2015.



Fonte: Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, 2015.

Cortes e vista da nova proposta de requalificação:

Figura 3 Corte e vista do projeto



Fonte: Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, 2015.

Figura 4 Volumetria do edifício



Fonte: Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, 2015.

Figura 5 Perspectiva em 3D



Fonte: Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo, 2015.

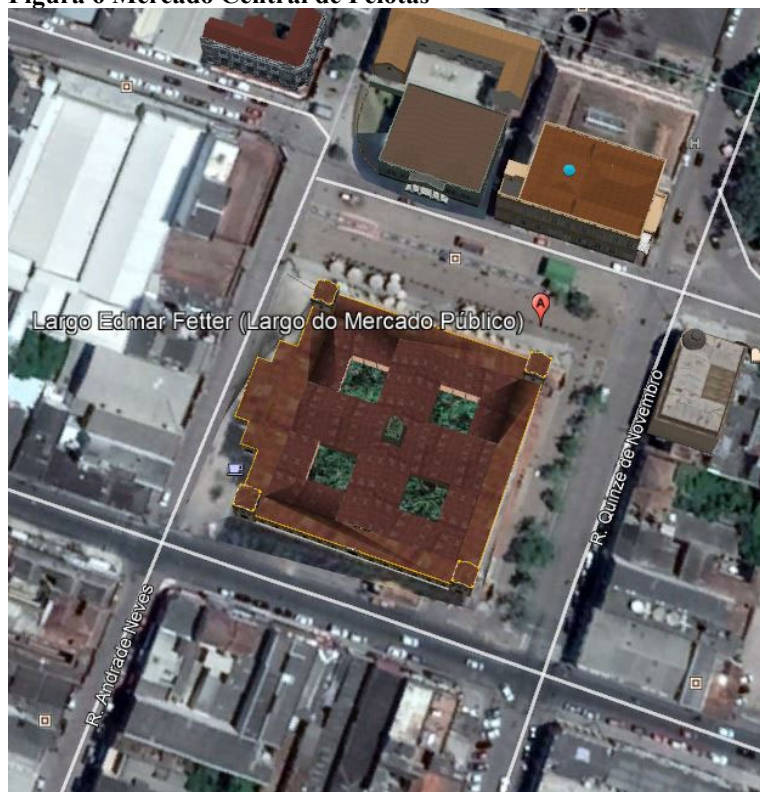
1.3 PROJETO 02 – PROPOSTA PARA A REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS E SUA RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL

A advogada Ana Estela Vaz Xavier teve como objeto de estudo o Mercado Público Central, localizado no centro histórico da cidade de Pelotas – RS, em que objetivou analisar a política urbana, e propôs a revitalização do local, tanto em aspectos físicos quanto culturais locais, assim, desenvolveu uma proposta de revitalização e a sua ressignificação social.

Ao chegar ao final de sua análise, percebeu que as transformações ocorridas naquele local renovaram o cenário central da cidade de Pelotas, em que a sociabilidade se desenvolveu cada vez mais ficando evidente a importância da ressignificação ocorrida no local.

Xavier (2016), percebeu que no processo de requalificação, conforme relatado no Relatório do Projeto Monumenta, a requalificação da área central de Pelotas, se deu por meio de intervenções de restauração e de reforma dos prédios pertencentes ao centro histórico da cidade, abrangendo o Mercado Central e a criação do Largo Edmar Fetter, conforme pode ser verificado nas figuras 6 e 7.

Figura 6 Mercado Central de Pelotas



Fonte 1 Ana Estela Vaz Xavier

Figura 7 Fachada do Mercado Central e Largo Edmar Fetter



Fonte 2 Ana Estela Vaz Xavier

Xavier (2016) constatou que após a revitalização, as alterações físicas relativas ao seu interior, receberam uma aparência mais arejada e renovada, houve um alargamento nos corredores e diminuição da área útil das bancas que foram readequadas pelo projeto de reforma ao novo modelo proposto também verificou-se que os ocupantes do local não eram mais os mesmos na sua totalidade.

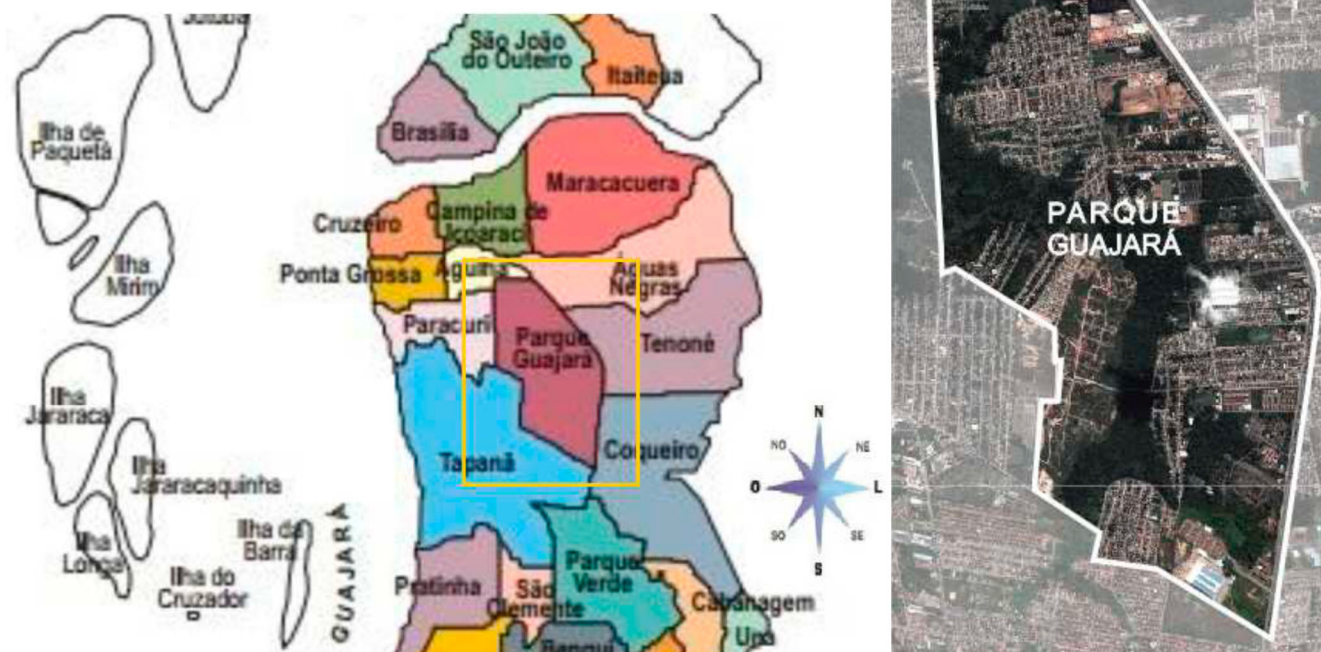
Além das mudanças físicas e arquitetônicas, dentro do mercado, Xavier presenciou outros fenômenos ocorrendo dentro do local, visto que o mercado foi ressignificado tornando-se espaço de sociabilidade destinado sobretudo a atividades culturais, de entretenimento e de lazer, além do comércio, que era sua característica inicial.

1.4 PROJETO 03 – PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA COM ENFOQUE AMBIENTAL PARA O BAIRRO PARQUE GUAJARÁ EM BELÉM DO PARÁ: UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

O professor José Júlio Lima e os graduandos: Ingrid Rodrigues Oliveira e Luiz Fernando Guimarães, realizaram um projeto, cujo resultado foi a experiência didática conduzida no oitavo semestre do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Pará. Na disciplina de urbanismo, os alunos foram motivados a desenvolverem um conjunto de proposições para intervenção urbanística no bairro Parque Guajará, localizado na porção norte do município de Belém.

O bairro situa-se ao longo da rodovia Augusto Montenegro e integra a área de expansão da região Metropolitana de Belém, tendo sofrido nos últimos anos um acelerado crescimento populacional. A figura 8 ilustra sua delimitação geográfica.

Figura 8 Delimitação geográfica do Parque Guarujá - Fonte: Cadastro técnico multifinalitário (CTM/PMB)

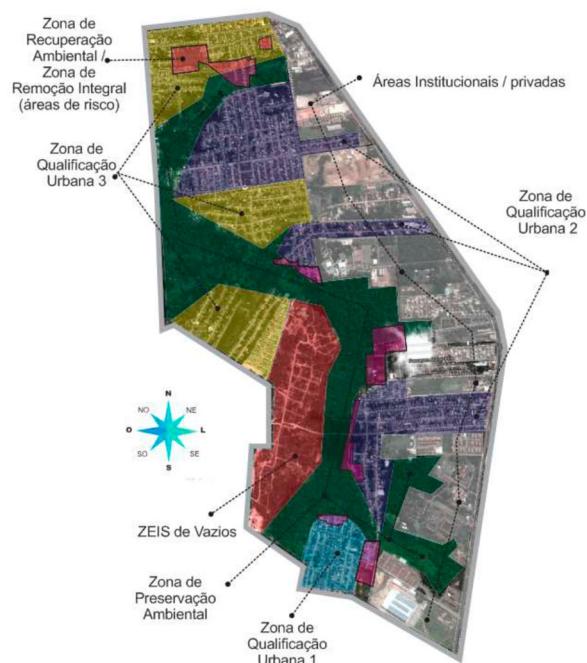


Fonte: Base Cartográfica - Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM/PMB (modificada)

Os principais problemas percebidos foram: grande diversidade tipológica através do parcelamento espontâneo, predominância de moradias populares, a maior parte do abastecimento de água é realizada pela autarquia municipal denominada SAAB – (Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Belém), há precariedade no fornecimento de energia elétrica que abrange todo o bairro.

Como proposta de intervenção foram sugeridas três linhas de atuação: zoneamento, recuperação de áreas degradadas e sistema viário. A identificação das zonas teve como embasamento a setorização apresentada no Plano Diretor de Belém, as quais podem ser identificadas na figura 9.

Figura 9 Zoneamento geral proposto para o parque Guajará



Fonte professor José Júlio Lima

1.5 MATRIZ DE ANÁLISE

A matriz de análise dos projetos referenciais tem como objetivo analisar todos os elementos presentes no projeto para subsidiar o tema proposto.

Quadro 1 Síntese análise comparativa dos projetos de referência

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	PROJETOS REFERENCIAIS		
		PROJETO 01	PROJETO 02	PROJETO 03
ESTRUTURA FÍSICA	Situação Atual	Projeto executado	Projeto executado	Estudo acadêmico (ensaio)
	Localização	Centro Histórico da Cidade de São Paulo – Praça da República	Centro Histórico da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul	Parque Guajará em Belém do Pará
	Metragem (m²)	15.150 m²	5.240,80 m²	518,67 há
	Partido Arquitetônico	Requalificação do espaço público e ressignificação social	Restauração do prédio do Mercado conforme orientações do IPHAN	Urbanismo
	Ambientes Projetados	Implantação de um Edifício Híbrido de uso misto; Implantação de um setor de “cápsulas” de habitação de interesse social; Uma creche; Uma cinemateca; Um bicicletário.	Revitalização do prédio do mercado; Alargamento dos corredores internos; Readequação dos espaços para as barracas de comércio; Criação do Largo Edmar Fetter	Identificação do zoneamento segundo o a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6766/1979) Análise dos problemas ambientais: Impactos no solo; Impactos na fauna e flora; Impacto nos recursos hídricos.
	Materiais construtivos	Alvenaria; Concreto; Vidro, Madeira e aço	Alvenaria; Concreto; Vidro, Madeira e aço	Medidas corretivas: Replanteio de espécies nativas para forrar o solo;

			Movimento de terra para a criação do Largo Edmar Fetter.	Utilização de leguminosas e espécies frutíferas nativas nas matas ciliares para a produção de agricultura urbana e maior interação com a fauna para garantir o retorno e manutenção da biodiversidade. Implantação de um sistema de tratamento de esgoto.
	Sistema Construtivo	Requalificação	Requalificação	Requalificação
	Condicionantes ambientais	Recuperação dos espaços públicos e revitalização das áreas do entorno	Recuperação dos espaços públicos e revitalização das áreas do entorno	Recuperação dos espaços públicos e revitalização das áreas do entorno
	Sistema energético	Sustentabilidade e mobilidade urbana renovada	Sustentabilidade e ressignificação social do espaço público	Sustentabilidade e ressignificação social do espaço público
	Instalações complementares			
	Entorno	Criação de um bicicletário	Criação do Largo Edmar Fetter	Tratamento do rio Paracuri

1.5.1 Apontamentos relevantes dos projetos de referência

Nos três projetos, destaca-se a ressignificação social que se dá ao espaço público requalificado. Tanto o projeto de Recuperação e Requalificação de Áreas Subutilizadas no centro de São Paulo como no projeto de Revitalização do Mercado Público de Pelotas, a

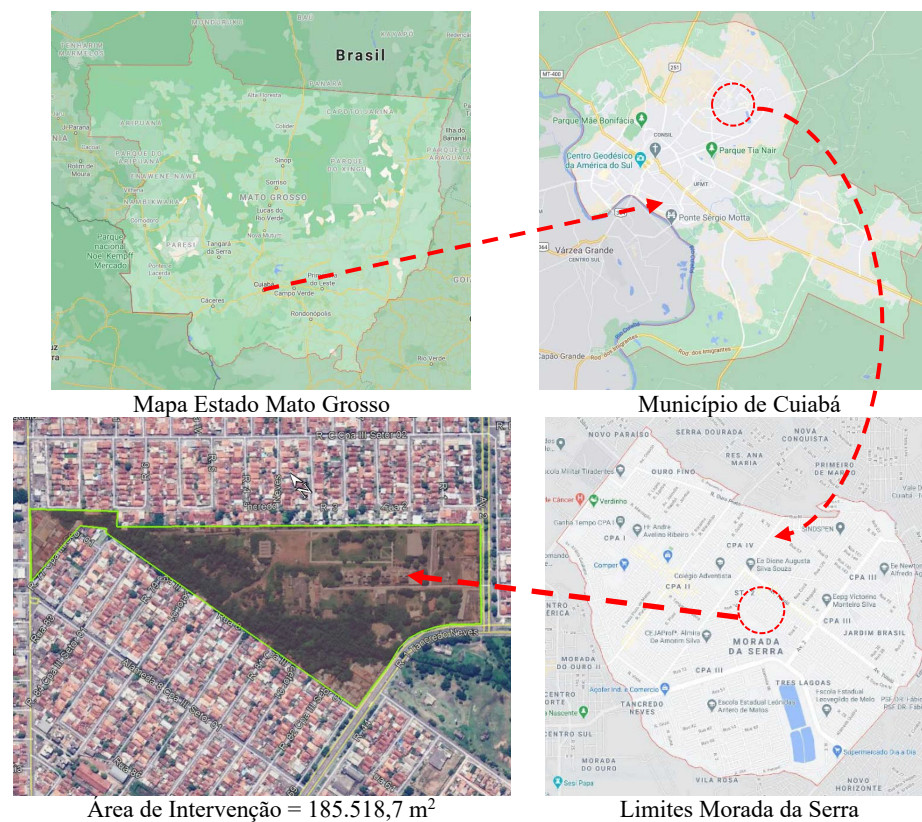
ressignificação social contribui para perceber que a requalificação de espaços públicos é um instrumento de grande importância para o planejamento e desenvolvimento urbano eficaz.

As cidades são organismos vivos, e precisam em razão de sua dinâmica passar por processos de requalificação, principalmente para dar respostas aos novos desafios que surgem com as novas gerações da população, que vão se desenvolvendo no correr dos anos de vida das cidades. Além disso, nesse período de vivência temporal das cidades surgem novas tecnologias construtivas e de sustentabilidade que se tornam necessárias a serem aplicadas, para que continuem fazendo parte do acervo patrimonial onde se localizam esses espaços. Pois, conforme nos ensinou Gehl (2015), as cidades existem para as pessoas e elas precisam ser significantes e para seus habitantes.

PROPOSTA DE PROJETO URBANÍSTICO PARA: PARQUE LINEAR DO CÓRREGO DO CAJU

A área escolhida para a intervenção urbana, onde propõem-se um parque linear encontra no Estado de Mato Grosso, em sua capital Cuiabá, mais precisamente no bairro morada da Serra, conforme podemos observar na figura 10.

Figura 10 Área total da intervenção



Segundo Rosa Grená Kliass em *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade* (1993), “o parque urbano é um produto da cidade da era industrial” (KLIASS, 1993, p.7), em que os elementos que os constituem são a sua geografia física, a sua função urbana e o relacionamento com o seu entorno. Dessa forma, quando nos debruçamos para desenvolvermos este projeto urbanístico de parque linear urbano, temos como referência esses elementos.

Em se tratando do conceito de parque, buscamos informações na resolução CONAMA N° 369/2006, que define parque urbano como sendo uma área verde que possui a função ecológica, paisagística, estética e de lazer com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida, qualidade estética e funcional e ambiental para a cidade (BRASIL,2006).

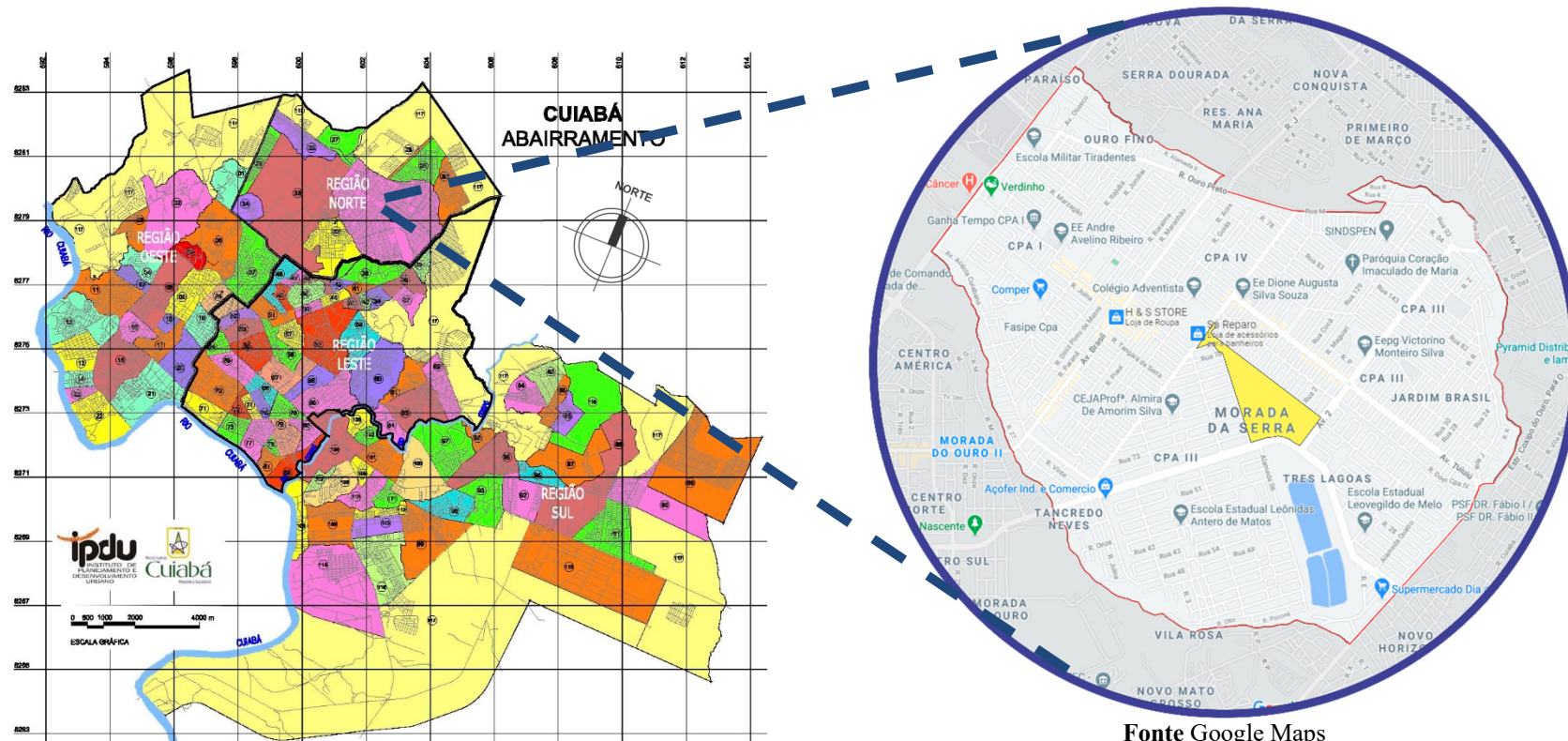
Dessa forma, o parque linear proposto, procurará resgatar a essência natural, no entorno do córrego do caju, bem como realizar a implantação de espaços capazes de melhorar a qualidade de vida da população, bem como proporcionar à população local de lazer, com atividades esportivas de baixo impacto; local cultural e econômico.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO

O local escolhido para essa pesquisa, figura 11, situa-se na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, no Bairro Morada da Serra, CPA III, Setor Norte mais conhecido como grande CPA. Esse bairro teve sua fundação na década de 70, motivado à época pelo então governador José Fragelli, com o intuito de expandir o perímetro urbano da Capital Cuiabá para a região norte também com o objetivo de ser um bairro para a moradia de funcionários públicos estaduais.

Muitos fragmentos de espaços urbanos foram deixados no desenvolvimento do bairro, um deles é o entorno do córrego do caju, objeto de nosso estudo.

Figura 11 Mapa de localização



Fonte IPDU – 2010. Org. pelo autor, 2020

Fonte Google Maps
O bairro Morada da Serra possui 743,80 há, e está localizado na Administração Regional Norte de Cuiabá.

1.6 Estudo do sistema viário

As vias mostradas na figura 12 dão acesso ao parque do caju. As avenidas e ruas que dão acesso são: nº 1 Av. Prof. Alice Freire e Silva, que é lindeira a nascente do córrego do caju; seguindo para a rua nº 2 Rua C CPA III setor 02, entrando na nº 3 Av. Dois onde se encontra a entrada principal do parque, que terá um pórtico representando a etnia Bakairi.

Figura 12 Mapa do sistema viário (setor onde está inserida a área)



LEGENDA

-  Vias principais
-  Via coletora
-  Área da intervenção

Fonte Google Earth

Outro acesso é pela nº4 Av. Tancredo Neves que se sincroniza por meio de uma rotatória com a Av. Dois. Um acesso pode ser feito passando pela rua coletora nº3 Alameda 8 CPA III – Setor 01, seguindo em direção a Av. Prof. Alice Freire e Silva e após seguindo para a rua de nº2 até fechar o circuito de acesso.

1.7 MAPA DO ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E GABARITO DE EDIFICAÇÕES

Antes de propor o projeto de um parque linear, faz-se necessário recorrer a Lei municipal nº 389/2015 – Lei de Uso e Ocupação do solo, para analisar se é possível naquele fragmento urbano, situado no zoneamento municipal se isso é possível, podemos verificar isso na citação a seguir:

9. ZONAS DE RESTRIÇÃO DE GABARITO – ZRG

9.1. Ficam delimitadas as Zonas de Restrição de Gabarito – ZRG, definidas a partir do limite territorial das unidades de conservação ambiental, correspondendo a faixa de 0 (zero) até 50m (cinquenta metros) para Zonas de Restrição de Gabarito 1 – ZRG 1 e de 50 (cinquenta metros) até 100m (cem metros) para Zonas de Restrição de Gabarito 2 – ZRG 2, conforme os seguintes limites:

9.1.1. ZRG 1 - Terão limitação no gabarito de altura de suas edificações com Limite de altura de 12m (doze metros), mantendo os demais índices urbanísticos das zonas sobrepostas.

9.1.2. ZRG 2 - Terão limitação no gabarito de altura de suas edificações com Limite de altura máxima 24m (vinte e quatro metros), mantendo os demais índices urbanísticos das zonas sobrepostas.

9.2. Para efeito de cálculo, considera-se a altura máxima de gabarito a distância em metros do nível do piso do pavimento servido pelo logradouro público a laje do último pavimento de áreas computáveis.



Fonte Google Maps

ÍNDICES URBANÍSTICOS								
Zonas urbanas	CO	CVP	CVA	CP	PC	LA	PCE	GABARITO
ZRG 2	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	24,00

Notas:

- (1) A cobertura vegetal paisagística e a cobertura vegetal arbórea deverão ser somadas, resultando no coeficiente de permeabilidade;
- (2) Mantém as características originais do terreno e de cobertura vegetal;
- (3) Prevaecem os índices da Zona sobreposta, com exceção da da restrição do gabarito de altura;
- (4) Serão estabelecidos os índices das subdivisões da ZCTR, conforme infraestrutura instalada e ou hierarquia da via

O bairro Morada da Serra localiza-se na região **norte** de Cuiabá
Zoneamento: **ZRG 2**

Subseção VII

Das Zonas de Restrição de Gabarito – ZRG

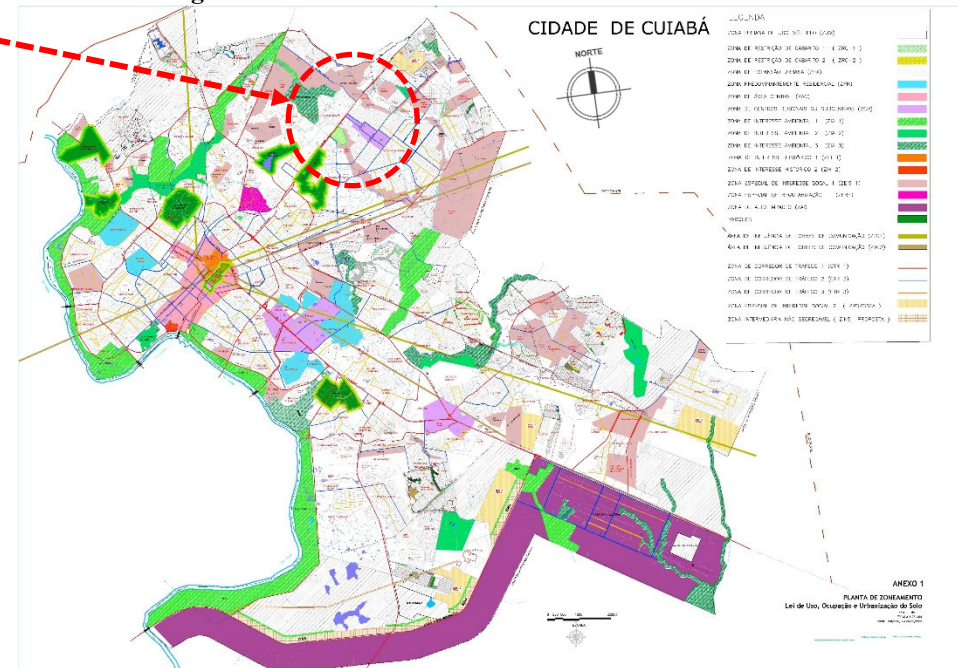
Art. 51 As Zonas de Restrição de Gabarito são faixas destinadas a proteger e garantir, dentre outras conjunturas, o conforto visual, ventilação, ruído, radiação solar no entorno das unidades de conservação ambiental dentro do Município de Cuiabá.

Art. 52 As Zonas de Restrição de Gabarito são definidas a partir do limite territorial das unidades de conservação ambiental existentes no Município, correspondendo à faixa de 0 (zero) a 50m (cinquenta metros) e de 50m (cinquenta metros) até 100m (cem metros) destas unidades, as quais terão limitados os seus gabaritos de altura.

Art. 53 As Zonas de Restrição de Gabarito subdividem-se em Zona de Restrição de Gabarito 1 – ZRG 1 e Zona de Restrição de Gabarito 2 – ZRG 2.

Com base na Lei – 389/2015 - Uso e ocupação do solo

Figura 13 Abairramento de Cuiabá



Fonte IPDU - 2010

Em visita técnica ao bairro e principalmente ao local da proposta de intervenção, fez-se um percurso percorrendo as ruas lindeiras do córrego do caju, e constatamos *in loco*, o que havíamos lido na Lei de Uso e Ocupação do Solo, ou seja, todas as edificações construídas no entorno do córrego seguem o gabarito proposto para o zoneamento.

Observou-se construções destinadas a moradia, que não excedem a 6 metros de altura, algumas edificações, se são raras, mas edificações destinadas ao comércio algumas excedem a 10 metros de altura.

Percebemos também o grande adensamento populacional do bairro. A maioria das edificações se destinam a moradia tendo uma média de 34 residências por quadra e no entorno do local proposto para a intervenção contamos com 24 quadras, totalizando 816 edificações residenciais. Em entrevista, com um grupo de moradores percebemos que a média de pessoas por residência está entre 4 a 5 pessoas. Então teremos uma população de 4.080 habitantes no entorno do córrego do caju. Conforme pode ser observado na imagem, figura 14.

Figura 14 Entorno do local proposto para intervenção



Fonte Google Earth, 2020. Org. pelo autor, 2020.

1.8 GABARITO DAS EDIFICAÇÕES

Na Figura 15, percebe-se que o gabarito definido no Plano Diretor (CUIABÁ, 2007) está sendo cumprido. Ao percorrer as vias que contornam o terreno selecionado para a intervenção percebemos que há um grande adensamento horizontal.

Como se trata de um bairro que foi criado e destinado a ser de moradias residenciais na década de 70 (denominado à época de bairro dormitório), ainda se mantem com essas características. Havendo a predominância de residências com um pé direito de no máximo 2,60 m.

Figura 15 Gabarito das edificações - Fonte Google Earth



ESTUDO DE INFRAESTRUTURA

Na visita técnica para reconhecimento do local para a intervenção, percebeu-se que em alguns pontos têm uma infraestrutura já estabelecida. Porém, ao verificar o local, onde realizou-se as fotos, apresentadas na figura 16, é possível perceber que estas não correspondem adequadamente para o bom funcionamento do local, pois estão degradadas.

Figura 16 Estudo de infraestrutura



Fonte Google Maps, 2020. Org. pelo autor, 2020

No ponto “A” ao lado da Av. Prof. Alice Freire Silva, situa-se a nascente do córrego, neste local edificou-se um estabelecimento comercial, tipo mercado, com grande fluxo de pessoas. Verificou-se que o referido mercado está edificado sobre um radie. Parte dele fica quase uns 5 metros de distância da nascente do córrego. Ainda referente ao ponto “A”, visualizou-se a instalação de uma boca de lobo para coleta das águas pluviais.

No ponto “B”, percebeu-se outra boca de lobo, localizada a rua 79, com acesso direto para dentro do córrego do caju. Também se localizou grande acúmulo de lixo no local, evidenciando a ausência de serviço de coleta de lixo, isso faz com que os moradores descartarem seus resíduos sólidos diretamente no córrego.

No ponto “C”, destacou-se a rede elétrica externa ao local da intervenção em paralelo ao ponto “E”. Dentro do local da intervenção, estrutura de postes de energia elétrica (observação de um grupo de moradores: Essa estrutura foi financiada e instalada por um grupo de pessoas que tinham o interesse em fazer uso do local para atividades ilícitas).

No ponto “D”, situado na esquina da rua 75, percebeu-se uma abertura de esgoto, e pelo visto, seguindo o traçado da manutenção que havia sido realizado, sinalizando que também neste ponto, o esgoto é jogado diretamente no córrego.

No ponto “F”, situado dentro do espaço selecionado para a intervenção, identificou-se o braço do córrego foi totalmente canalizado, e segundo relato das moradoras, o córrego fora canalizado para coleta de esgoto que desembocaria na ETA (Três Lagoas) distante do local a 816 metros.

1.9 MAPEAMENTO DE ELEMENTOS NATURAIS

Em visita técnica para reconhecimento e fotos do local, percebe-se, observando a figura 17: No ponto “A” a nascente do córrego do caju totalmente degradada e com as fotos que tirou-se no local percebeu-se que está totalmente invadida por esgoto cloacal, e detritos jogados pelos moradores. Na foto, verifica-se o agravo dessa situação.

Figura 17 Mapeamento de elementos naturais



Fonte Google Maps, 2020, Moraes, 2020. Org. pelo autor, 2020.

No ponto “B” na parte interna do local, percebeu-se uma área assoreada, hoje utilizada pelos moradores para a montagem de uma quadra de futebol. Conforme relato dos moradores, em entrevista cedida, “[...] aos domingos, o pessoal se reúne para jogar”. Trata-se de um local de terra batida, totalmente inadequado para o uso atribuído a ele.

Seguindo para o ponto “C”, próximo a um acesso às margens do córrego do caju, avistou-se um grupo de vegetação nativa com média de 6 metros de altura. Esta área tem parte de cerca feita de arame farpado, as moradoras quando inqueridas não souberam informar quem cercou parcialmente essa área.

No ponto “D”, nas proximidades da av. Tancredo Neves, identificou-se fragmentos de canalização do córrego. Observou-se que quando o estado realizou a construção da referida avenida, foi necessário canalizar esse trecho. Uma vez que, o córrego do caju segue em canalização subterrânea atravessando a av. Tancredo Neves, desemboca na continuidade do córrego, que seguirá até as proximidades da ETA Três Lagoas.

No ponto “E”, nas margens do córrego do caju, existem vegetação natural, com altura em média de 10 metros.

1.10 ESTUDO DO ENTORNO

Dando continuidade ao estudo do local da intervenção, analisando a Figura 18, o mapa dos prédios e construções do local partindo do ponto da nascente “A” (tomou-se este ponto como inicial por ser fundamental traçarmos um recorte territorial, sempre a partir da nascente do córrego), novamente destaca-se aqui o estado lastimável da nascente, totalmente degradada com esgoto que nela é jogada.

Figura 18 Estudos do entorno do córrego do caju – Fotos do autor



Fonte Google Maps, 2020, Moraes, 2020. Org. pelo autor, 2020.

No ponto “B”, existe uma edificação abandonada, usada como depósito de lixo, verifica-se que se trata de uma edificação feita em estrutura de concreto com um pé direito de 5 a 6 metros. No dia da visita, havia algumas pessoas catando lixo no local.

No ponto “C”, há uma edificação horizontal utilizada como centro de tratamento para recuperação de pessoas que usam substâncias psicoativas. Durante a sessão de fotos do local, os pesquisadores foram abordados por uma pessoa do sexo masculino, que solicitou de forma insistente para que o local não fosse fotografado, requereu ainda que as fotos fossem apagadas. Os pesquisadores não atenderam a solicitação do morador, realizaram as fotos, mas tomaram cuidado para que nenhuma pessoa estivesse presente na imagem. Com essa atitude desse “morador”, os pesquisadores suspeitaram que a área em referência seja um espaço de conflito social urbano.

No ponto “D”, localizou-se um grupo de 4 prédios edificadas em alvenaria, com dois pavimentos, percebeu-se haver quatro apartamentos por pavimento, devido as condições externas identificou-se que estejam habitados, porém um deles, o mais depreciado e degradado fisicamente, pareceu abandonado. Também não foi permitido aos pesquisadores tirar fotos próximas ao local. Percebeu-se um número grande de mulheres morando nestes prédios.

Um fato curioso é a foto no ponto “E”, pois trata-se de um prédio com feições para uso religioso. Chamou a atenção pelo fato de que perguntando para os moradores, algumas senhoras, elas fizeram menção de que não sabiam quem dali do local frequentava o tal templo religioso. Mas que percebiam que alguns sábados à noite havia movimento de carros e pessoas no local.

Nesse ponto “F”, percebeu-se vários prédios de pequenos comércios tipo borracharia, oficina de manutenção de carro e outros. Ao entrar na borracharia, perguntou-se ao trabalhador, se ele era o proprietário do local e ele respondeu que naquele lugar, ninguém era proprietário do terreno, pois o terreno era fruto de invasão. Inqueriu-se se ele sabia a quem pertencia, e respondeu que pertencia ao Governo Estadual de Mato Grosso. E que havia um grupo de moradores em briga judicial para reconhecimento de posse.

No ponto “G”, visualizou-se, em uso neste espaço um “bar” a céu aberto. No dia da visita, o local estava fechado, mas soube-se posteriormente que o local é frequentado somente à noite e aos fins de semana, por pessoas a quem os moradores locais classificam por estranhas. Ou seja, verificou-se que é um local não seguro para os moradores, visto que eles não transitam de forma livre por todos o entorno do córrego do caju.

No ponto “H”, esquina da Av. Tancredo Neves com a Av. Dois, fornece acesso ao local do estudo para a intervenção, tem um prédio abandonado. No relato dos moradores, este local foi utilizado por um período por uma empresa de venda de vegetação ornamental, mas que devido a disputa entre moradores e os “proprietários” do referido empreendimento, acabaram abandonando o local no início desse ano de 2020. Pelo que entendemos, segundo o relato dos moradores, muitas das plantas comercializadas ali vinham de coletas que faziam de dentro do espaço escolhido para estudo. Hoje é um prédio aberto e abandonado.

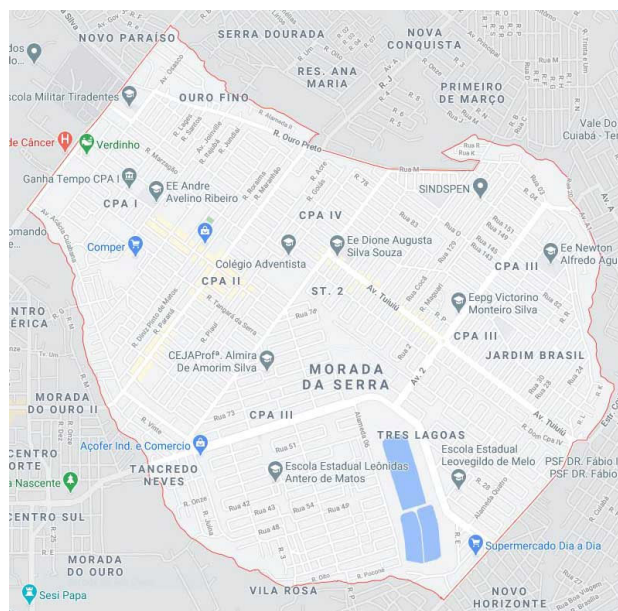
Seguindo na Av. Dois, rumo ao ponto “J”, localizamos um prédio de construção horizontal, em alvenaria, sendo utilizado por um Asilo intitulado de *Centro de convivência para idosos - Dr^a Maria Ignês França Auad*. Esse serviço social já é prestado há anos naquele local, no relato dos moradores não souberam referenciar exatamente há quanto tempo este prédio está ali, e a quem de fato pertence.

Entrando pela Av. Ema (rua sem saída), deparou-se com um prédio, ponto “I”, de propriedade do Governo do Estado de Mato Grosso, prédio hoje abandonado, mas que pela inscrição em seu frontispício tratou-se de uma Delegacia de Polícia Judiciária Civil. No dia da visita técnica, constatou-se o abandono do imóvel. Em relato dos moradores, está abandonado há mais ou menos cinco anos.

1.11 CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS

Conforme já mencionou-se anteriormente, o bairro Morada da Serra situa-se no que é denominado de Grande CPA III, regional norte da cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, seus limites podem ser vistos na Figura 19. Este bairro tem na história de sua fundação o objetivo para ser um bairro em que pudesse abrigar moradores/servidores advindos do setor público estadual, como parte do programa de expansão do perímetro urbano da capital rumo ao norte.

Figura 19 Limites do bairro Morada da Serra - Fonte: Google



Fonte Google Maps, 2020, Morais, 2020. Org. pelo autor, 2020.

Informação censitária	Dados
Domicílios particulares permanentes	17.190
População residente	56.066 hab./ha
Média de moradores por domicílio	3,5
Proporção de domicílios ocupados	93,50%
Proporção de domicílios não ocupados	6,5%

Tabela 2 Dados demográficos do bairro Morada da Serra - fonte: IBGE - Censo 2010



Gráfico 2 Dados do IBGE - Censo 2010

Esse programa de expansão, foi financiado pelo Governo Estadual da época de 1976, comandado pelo Governador José Fragelli, estava no bojo de um programa maior que era o de levar o Centro Político Administrativo, que se concentrava na área central histórica de Cuiabá para o que hoje é denominado CPA.

O objetivo principal do programa era construir condomínios populares para que os servidores públicos pudessem ter acesso a custo popular, e assim prestar seus serviços ao estado com mais tranquilidade. Mas o processo não ocorreu de forma tranquila e com todas as garantias de infraestrutura prometidos. Há relatos em jornais da época, que quando as referidas moradias foram entregues aos servidores não havia ainda nenhuma infraestrutura tais como: energia elétrica adequada, transporte público, instituições de saúde e comércio obrigando os novos moradores, a se deslocarem ao centro de Cuiabá para serem atendidos. Nesse período inicial muitas moradias foram abandonadas e muitos vazios urbanos foram ficando espalhados pelo então bairro recém formado.

Atualmente o bairro Morada da Serra abriga todos os CPA's do I ao III e mais vilas adjacentes.

Segundo IBGE no Censo do ano de 2010, Gráfico 1, a população do bairro Morada da Serra se caracteriza por 69,7 % de moradores na faixa etária de 15 a 64 anos de idade e 19,1% com 65 anos ou mais. É curioso que quando fizemos a visita técnica em 16/08/2020, percebeu-se que esses números se confirmam ainda, pois em um olhar não muito preciso, mas detalhista; observa-se uma efervescência de pessoas nesta faixa etária.

Como expressa o relato do censo do IBGE de 2010, o bairro possui uma população de 56.066 habitantes, sendo que desse grupo se separarmos por gênero teremos: 26.416 do sexo masculino e 29.650 do sexo feminino, portanto uma população com distribuição percentual de 52,88% feminina e 47,12% masculina. Pode-se aferir disso, que se trata, portanto, de um bairro com predominância da população feminina no local.

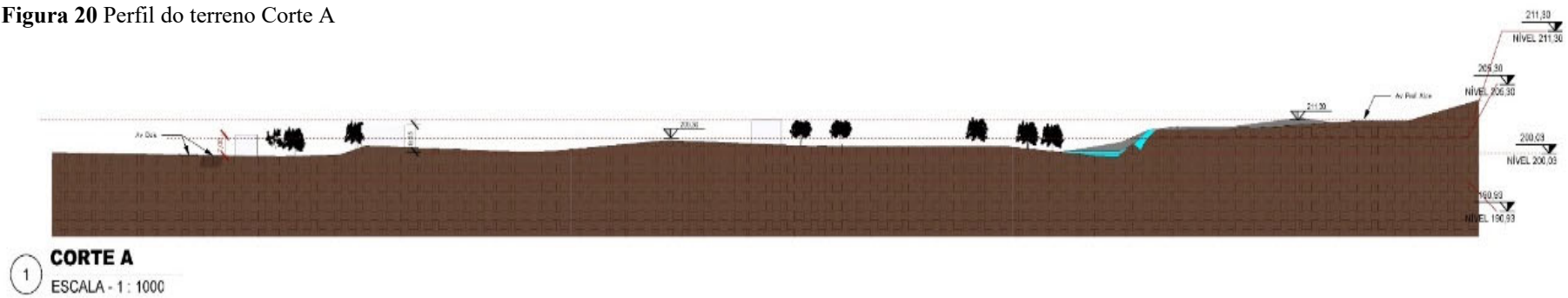
PERFIL DO TERRENO

O terreno escolhido, situa-se no entorno do lado esquerdo do córrego do caju, no bairro Morada da Serra – CPA III – Regional Norte – Cuiabá - MT. Área pertencente ao governo do Estado de Mato Grosso.

Em visita ao local, percebeu-se que é uma área onde já houve bastante movimento de terra, pois em alguns pontos identificou-se muitas curvas de níveis que foram planificadas. Mas, é um terreno acidentado tendo em seu ponto mais alto um nível de 211 metros, e em seu ponto mais baixo um nível 190 metros, próximo ao córrego do caju.

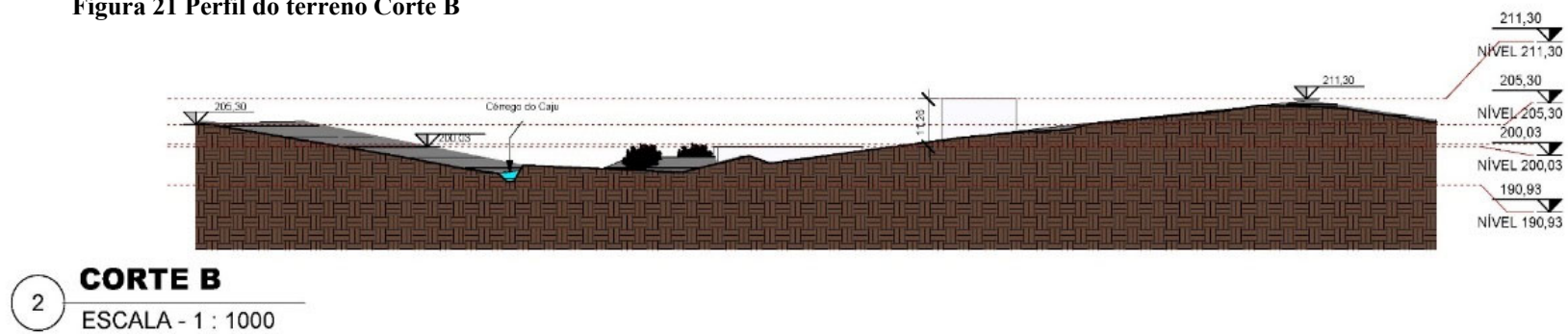
Traçando um corte longitudinal, Figura 20, no terreno iniciando pela Av. Prof. Alice Freire indo em direção a Av. Tancredo Neves percebemos um desnível de 21 metros. E abalizar um corte transversal, Figura 21, no terreno iniciando na Av. Ema indo em direção ao córrego do caju nas proximidades da rua 82 há um desnível de 6.28 metros. No estudo planialtimétrico, verificou-se um terreno que já houve movimento de terra com um nivelamento de fácil utilização pois não se trata de terreno muito íngreme.

Figura 20 Perfil do terreno Corte A



Fonte REVIT ARCHITECTURE, 2020. Org. pelo autor, 2020

Figura 21 Perfil do terreno Corte B



Fonte REVIT ARCHITECTURE, 2020. Org. pelo autor, 2020

ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE AMBIENTE / ATIVIDADE

Com o intuito de atender ao projeto proposto da intervenção urbana na construção de um parque linear no entorno do córrego do caju, propõe-se o seguinte programa de ambientes e de atividades:

1. Limpeza e despoluição do Córrego do caju;
2. Desocupação / desapropriação da área.
3. Análise e identificação arbórea existente;
4. Definição de área de preservação;
5. Definição dos setores (estacionamento, área de esporte, área de lazer, área de caminhada);
6. Especificação de área de segurança;
7. Projeto de um parque linear urbano.

Na execução do programa de ambientes e das atividades propostas entende-se que haverá resposta suficiente para que de fato a requalificação aconteça e que o espaço público objeto de nosso estudo retorne às suas condições naturais.

PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Para levar a efeito o projeto proposto da intervenção urbana na construção de um parque linear no entorno do córrego do caju, propõe-se os seguintes equipamentos urbanos distribuídos pelo espaço público identificados na setorização, figura 23, e na implantação, figura 24.

1. Pórtico Área = 156 m²;
2. Administração Área = 85 m²;
3. Posto Policial Área = 70 m²;
4. Playground adulto Área = 78 m²;
5. Playground infantil Área = 76 m²;
6. Centro de exposição Área = 2.242 m²;
7. Praça Central Área = 3.855 m²;
8. Sanitários Área = 156 m²;

9. Horta Comunitária Área = 994 m²;
10. Duas quadras de Futebol de salão com Área = 50m²;
11. Uma quadra de vôlei Área = 18 m²;
12. Pista de Skate Área = 78 m²;
13. Estacionamento para carros Área = 1.500 m²;
14. Estacionamento para ônibus Área = 1.762 m²;
15. Pista de caminhada (com estações separadas por tipos de arborização) com 2.753 km;
16. Pista de ciclismo com 4.670 km;
17. Sanitários (masculino Feminino/PNE masculino e feminino área: 156 m²;

Entende-se que esses equipamentos urbanos, mesmo sendo mínimos, contribuirão para nossa proposta urbanística neste espaço público de parque linear.

DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PROJETOS

Para fazer frente ao presente projeto de intervenção urbana estabeleceu-se as estratégias de projeto:

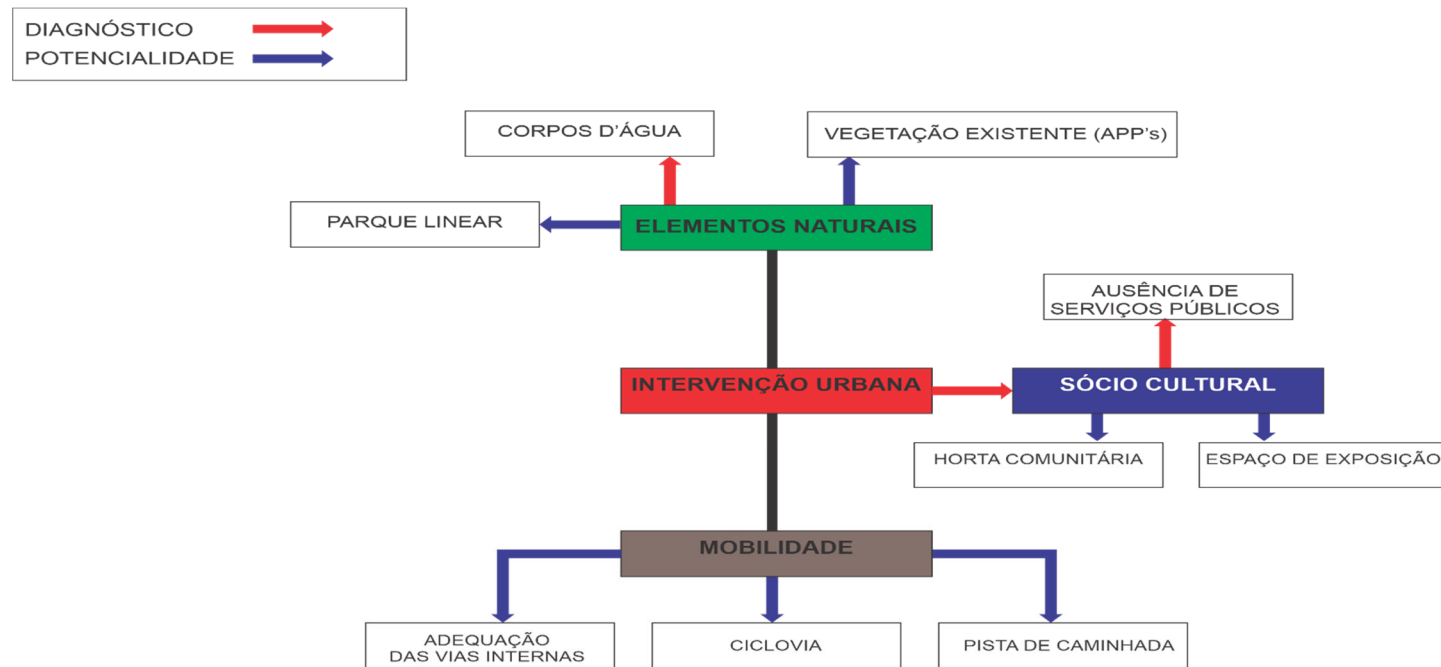
1. Despoluição do corpo d'água – Córrego do caju;
2. Retirada das famílias inseridas na área de risco;
3. Definição do Plano de massas/ Recomposição da vegetação nativa;
4. Aplicar soluções baseadas na natureza (infraestrutura verde) para recuperação da área degradada nos ambientes que integrarão a proposta do parque ambiental considerando 4 dimensões: ambiental, social, cultural e segurança;

Compreende-se que uma vez postas em prática as estratégias de projeto acima referenciadas chegar-se-á a bom termo o projeto de intervenção.

ESTRUTURA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Planejando-se a intervenção urbana, no projetar de um parque linear, propõe-se a estrutura, figura 22, onde aponta-se o diagnóstico e a potencialidade do local:

Figura 22 Estrutura da Proposta de Intervenção



Fonte CorelDraw, 2020. Org. pelo autor, 2020

SETORIZAÇÃO

Ao nos depararmos com um espaço público com tamanha dimensão, propõe-se a setorização representada na figura 23. A partir dessa setorização iniciar-se-á a implantação.

1. Setor Pórtico;
2. Setor Administração;
3. Setor Estacionamento Público;
4. Setor Posto Policial;
5. Setor Estacionamento para ônibus;
6. Setor Centro de Exposição Casa Bakairi;
7. Setor Sanitários;
8. Setor Food-truck;
9. Setor Praça Central;
10. Setor Pomar Comunitário;
11. Setor Horta Comunitária;
12. Setor Playground Infantil;
13. Setor Playground Adulto;
14. Setor Pista de Skate;
15. Setor Esporte;
16. Setor Córrego do Caju;
17. Setor Passarelas;
18. Setor Vegetação Arbórea de Replântio;
19. Setor Vegetação Nativa.

Figura 23 Planta de setorização



Fonte REVIT ARCHITECTURE, 2020. Org. pelo autor, 2020

ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO

A implantação do projeto de intervenção urbana proposta na forma de um parque linear, tem como objetivo distribuir os equipamentos urbanos de tal forma que eles interajam entre si, demonstrando para os usuários uma integralidade entre esses equipamentos, isso fica evidenciado observando a figura 24.

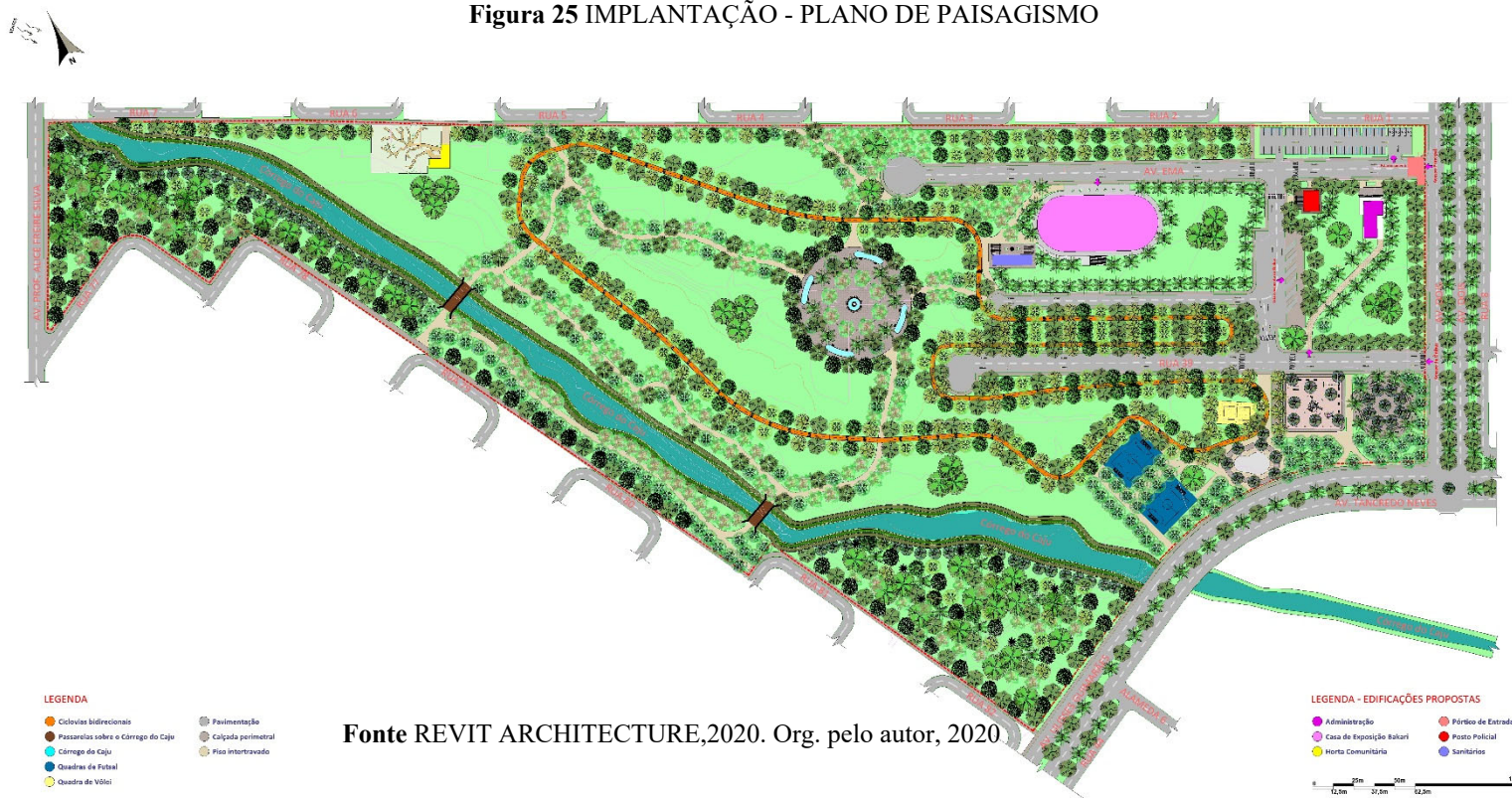


Fonte REVIT ARCHITECTURE, 2020. Org. pelo autor, 2020

ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO – PLANO DE PAISAGISMO

A implantação do projeto – plano de paisagismo da intervenção urbana proposta na forma de um parque linear, tem como objetivo o a manutenção da vegetação arbórea nativa, nas regiões próximas ao córrego do caju e propõe-se o replantio de vegetação arbórea respeitando o bioma do cerrado distribuindo o replantio principalmente nas margens da pista de caminhada, ciclovia e locais onde o terreno apresenta assoreamento. Propõe-se também o plantio de árvores frutíferas, principalmente próximo à horta comunitária, isso fica evidenciado observando a figura 25.

Figura 25 IMPLANTAÇÃO - PLANO DE PAISAGISMO

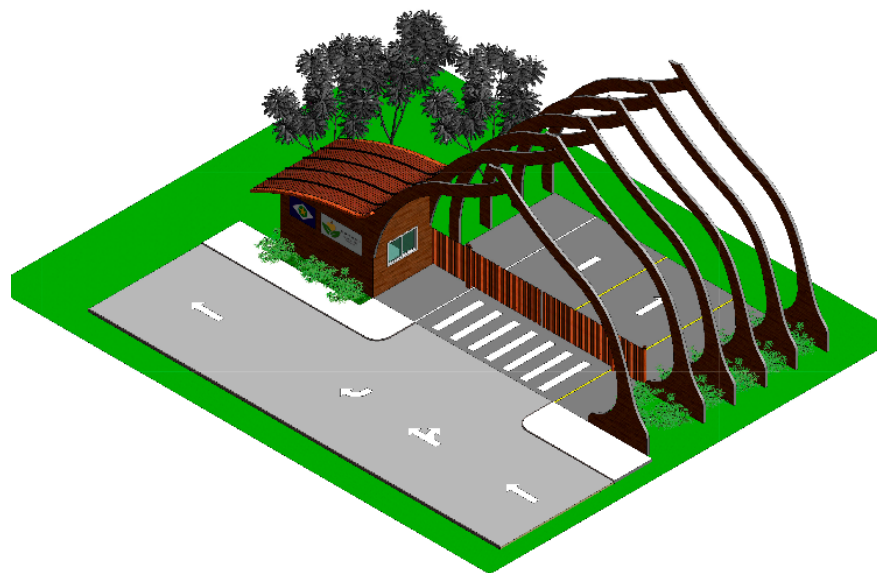


DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS AMBIENTES

Importante destacar que todos os equipamentos urbanos em sua forma projetual foi utilizado como partido arquitetônico as formas geométricas representativas da etnia indígena Bakairi, foram elencadas as formas geométricas tais como: círculo, octógono, oblongo, quadrado e retângulo.

O pórtico, figura 25, proposto para o projeto possui 6 arcos, seu material é composto por concreto armado e com acabamento revestimento em madeira. Serve para abrigar a guarita e foi planejado unindo função e forma, faz menção a cultura da etnia Bakairi, resgatando as raízes do povo mato-grossense.

Figura 26 Pórtico Parque do Caju



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para a administração, figura 26, foi proposto um prédio com as características arquitetônicas das casas comuns da cidade de Cuiabá, num resgate cultural das tradições cuiabanas, com material em alvenaria, revestimento com tijolinho, em seu lado direito, como espaço de garagem, foi implantado um pergolado.

Figura 27 Administração



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para garantir a segurança dos usuários e população do entorno, foi proposto um posto policial, figura 27, cuja edificação terá as características arquitetônicas das casas comuns da cidade de Cuiabá, num resgate cultural das tradições cuiabanas, com material em alvenaria, revestimento com tijolinho, em seu lado esquerdo, como espaço de garagem, foi implantado um pergolado.

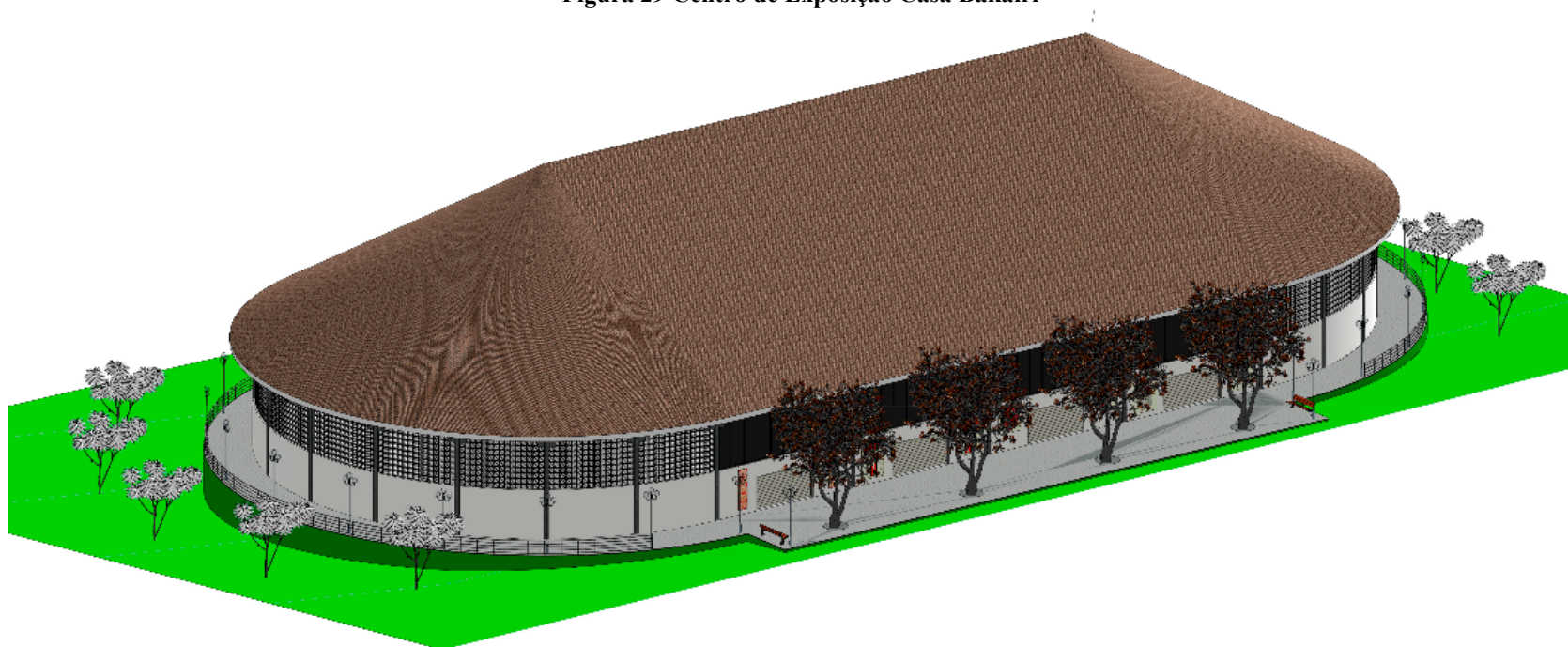
Figura 28 Posto Policial



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para o Centro de Exposição, figura 28, evidenciou-se a forma da habitação indígena, presente em Mato Grosso, mais especificamente a casa Bakairi, com a arquitetura da edificação, explorando assim a “Arquitetura Vernacular”, resgatando a memória e produzindo um sentimento de valorização cultural na população.

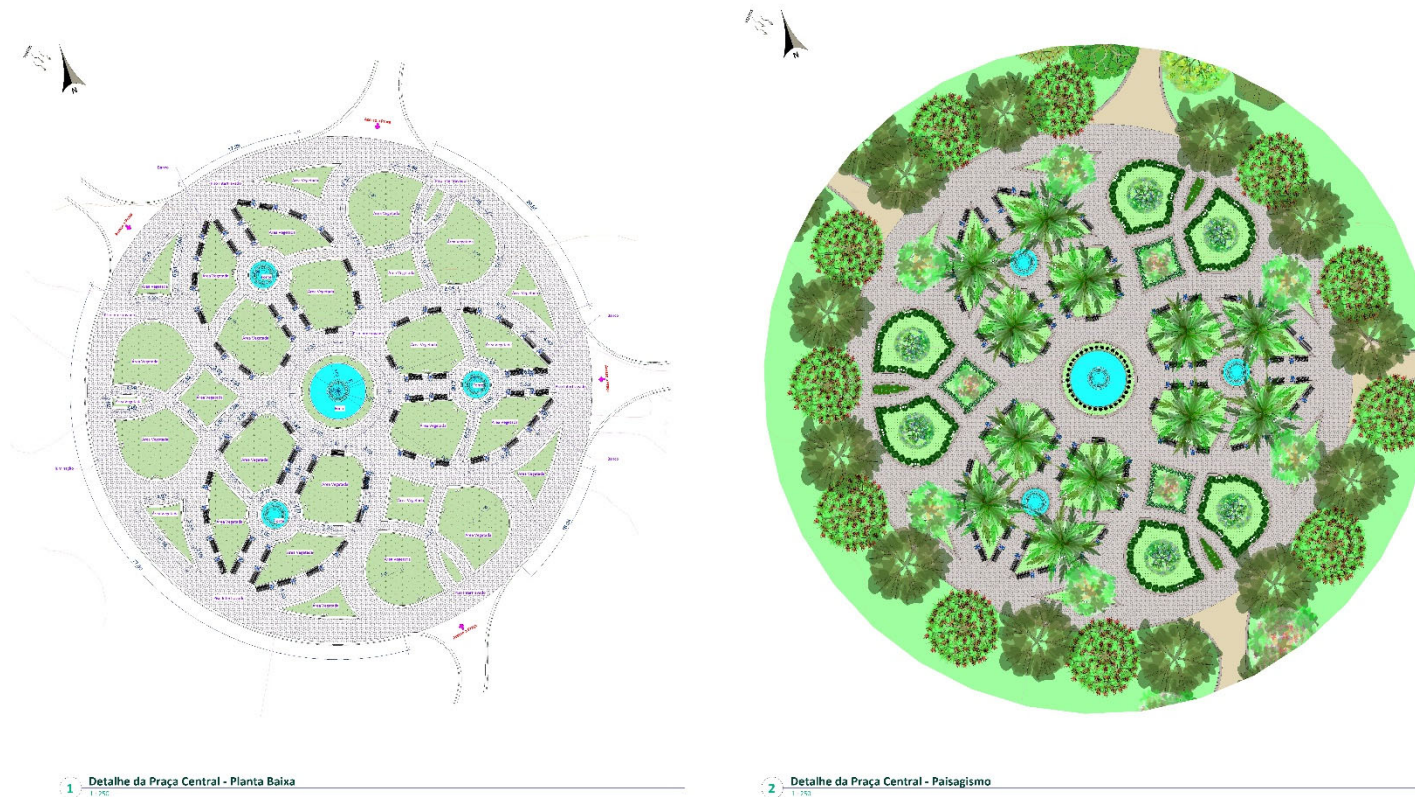
Figura 29 Centro de Exposição Casa Bakairi



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

A praça central, figura 29, que interliga a pista de caminhada, foi projetada usando a forma geométrica de um círculo. Terá quatro espelhos d'água e ao centro um chafariz, e no seu entorno plantadas cajueiros. Terá também mobiliário urbano com canteiro central e bancos para descanso e momentos de lazer.

Figura 30 Praça Central



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para os sanitários, figura 30, escolhemos o formato retangular o dispomos próximo a pista de caminhada e o centro de exposição. Será em alvenaria, revestido com tijolinho, na parede do lado direito terá pintada uma réplica da obra do artista cuiabano Adir Sodré.

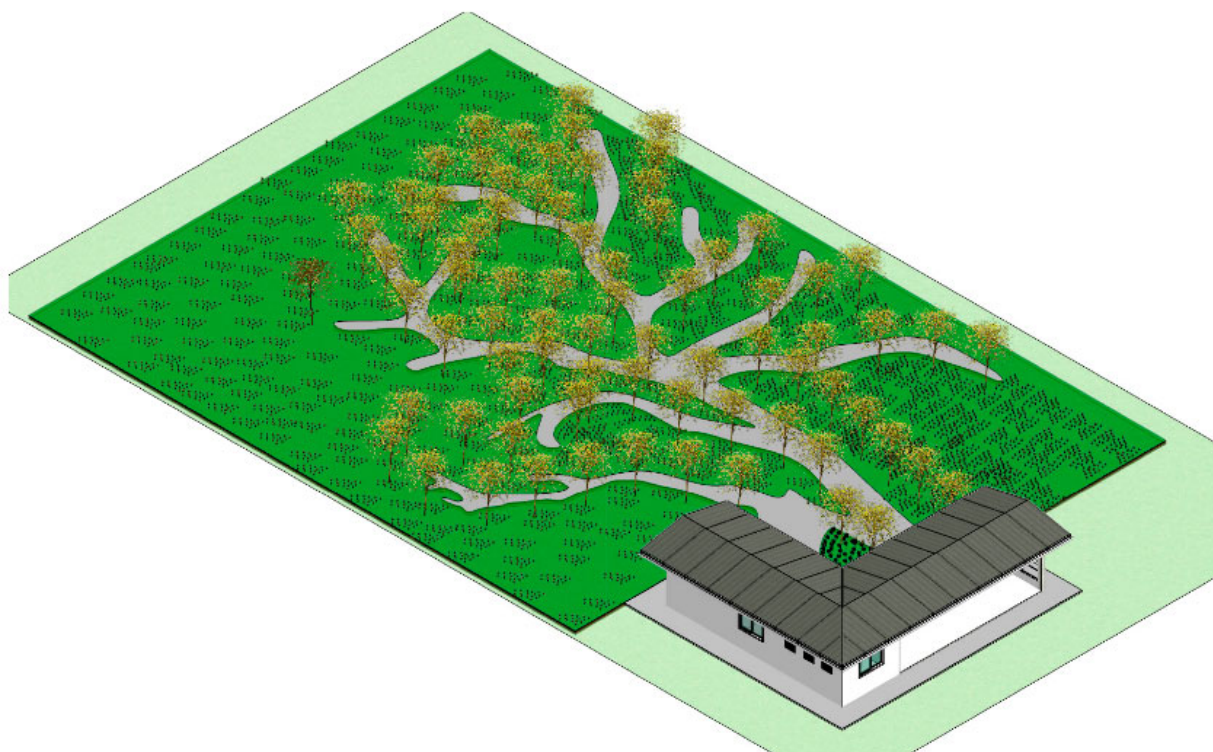
Figura 31 Sanitários



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para a horta comunitária, figura 31, pensou-se em um projeto aberto integrado a área verde do parque. Para a manutenção da horta foi projetado um prédio em alvenaria, com uma varanda frontal para possibilitar a distribuição das hortaliças produzidas no local. Em seu interior como caminho entre os canteiros foi proposto um desenho de uma silhueta de árvore, representando assim a cultura indígena que tem na árvore o símbolo da vida comunitária.

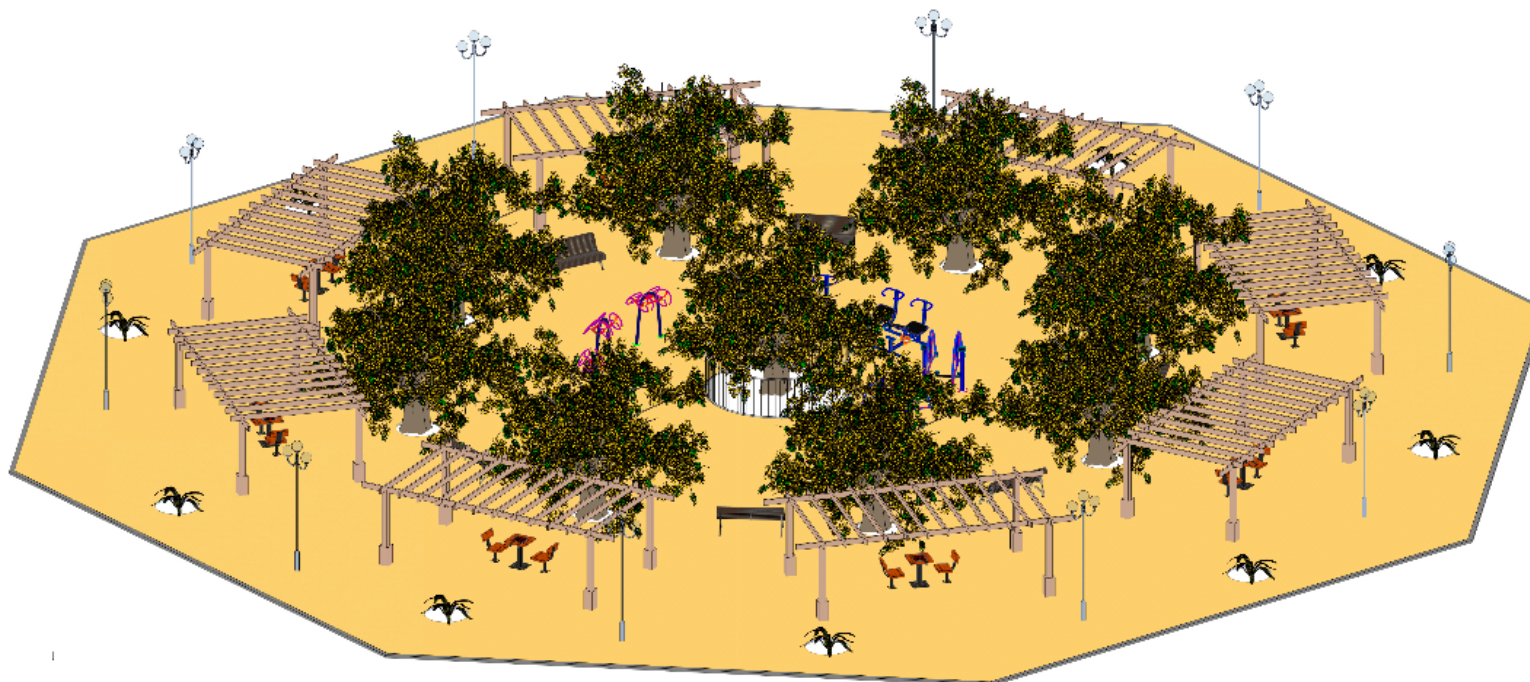
Figura 32 Horta Comunitária



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para o playground adulto, figura 32, foi utilizado a forma geométrica octógono, essa figura é representativa para a cultura indígena como respeito aos indígenas idosos pois eles são considerados os esteios da própria cultura indígena. Está proposto implantar oito pergolados para dar abrigo e sombreamento para o playground ladeado por oito árvores e centralizado com a nona árvore. Esta por sua vez tem ladeado a ela equipamentos de ginástica para adultos.

Figura 33 Playground adulto



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para o playground infantil, figura 33, foi utilizado a figura geométrica quadrado. Está proposto plantar onze árvores para dar sombreamento para o playground. Estão distribuídos seis brinquedos comunitários para lazer das crianças.

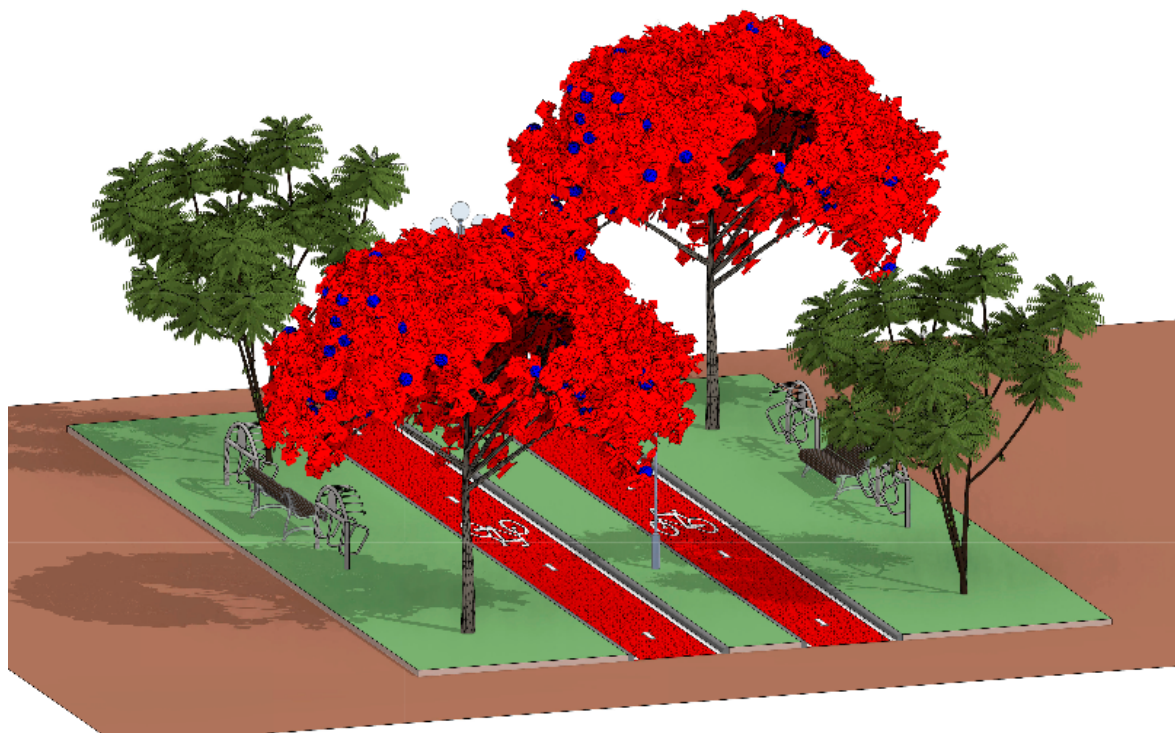
Figura 34 Playground infantil



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para a ciclovia, figura 34, foi projetado duas vias separadas por um canteiro de 1,20 m e ladeado por vegetação de replantio intercalando espaços para descanso a cada 100 metros. Cada espaço de descanso terá quatro bancos e suporte para guarda das bicicletas.

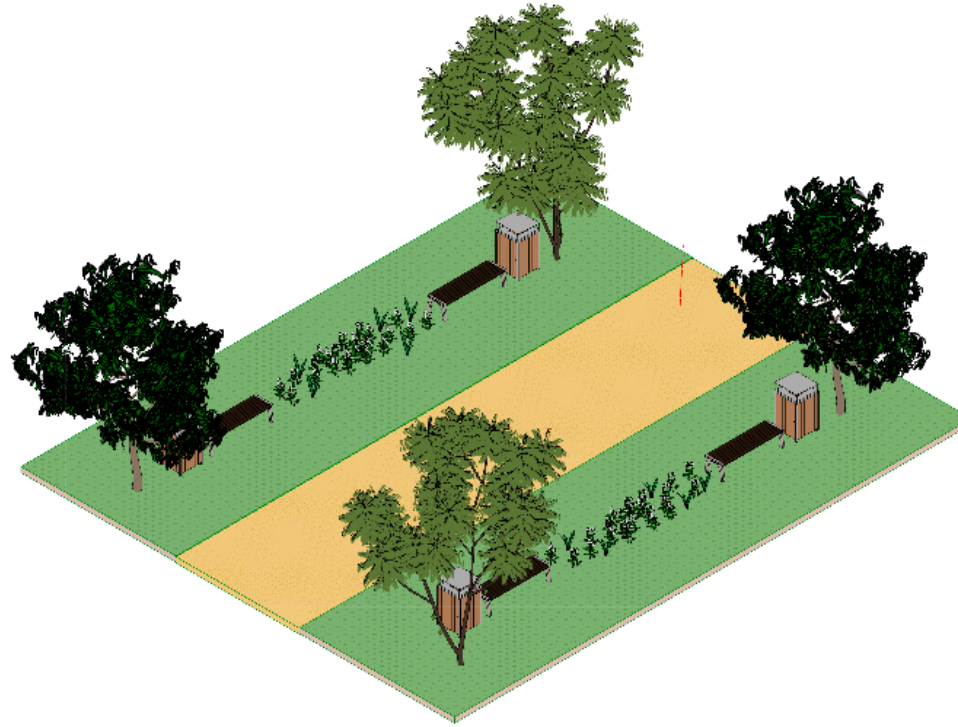
Figura 35 Ciclovia



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para a pista de caminhada, figura 35, foi projetado uma via com largura de 3,60m e ladeado por espaço gramado e com vegetação de replantio intercalando espaços para descanso a cada 100 metros. Cada espaço de descanso terá quatro bancos.

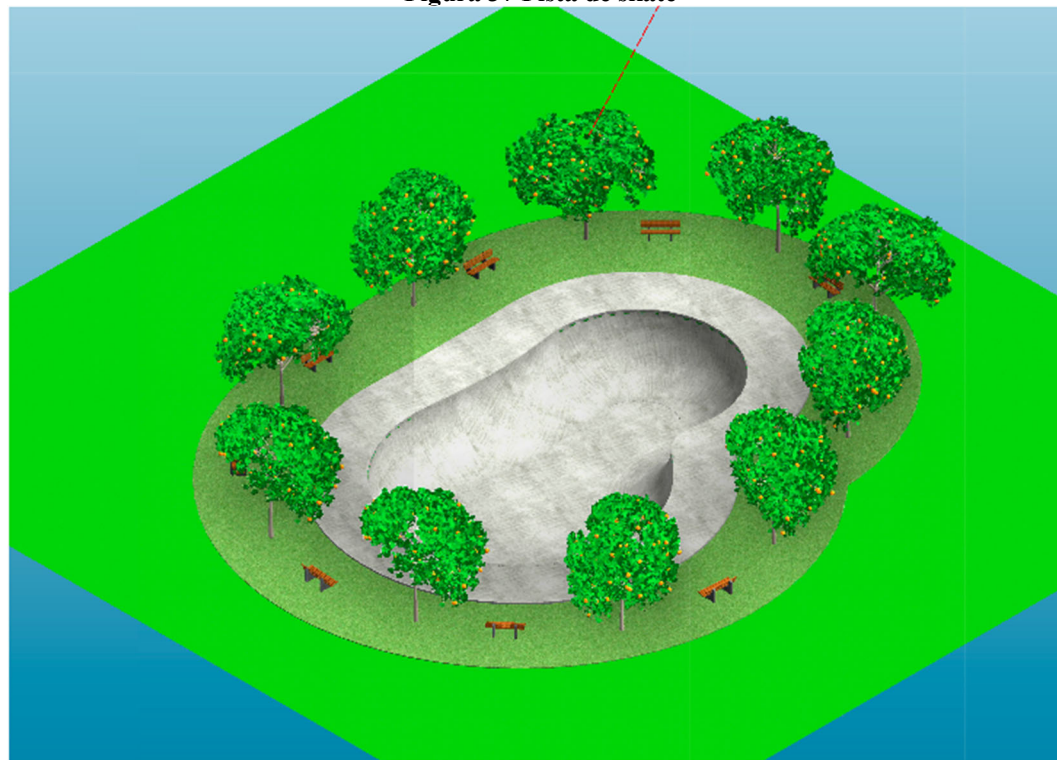
Figura 36 Pista de caminhada



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

Para lazer dos jovens será implantado uma pista de skate, será escavada construída em concreto, e ladeada por uma calçada de concreto com largura de 3,00 m e após ladeado por um gramado e arborizado com árvores de replantio. Entre os espaços das árvores está proposto colocação de bancos para o descanso e para o público assistir as manobras dos skatistas.

Figura 37 Pista de skate



Fonte Proposta de requalificação urbana, 2020. Org. pelo autor, 2020

ELABORAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que durante o desenvolvimento do projeto/trabalho final de curso, conseguiu-se compreender a vibração da cidade no uso e ocupação de seus espaços públicos. Pois, tem-se ciência que a cidade só faz sentido quando as pessoas conseguem vivenciar cada espaço público. No caso do projeto de intervenção urbana, procurou-se resgatar um fragmento urbano, ou o denominado espaço público, sobretudo os de lazer e de uso comunitário, é atualmente um dos aspectos cruciais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano, entretanto abandonados pelo poder público.

Nesse resgate, propõe-se um parque linear no entorno do Córrego do Caju, localizado no bairro Morada da Serra – CPA III – Regional Norte, na cidade de Cuiabá capital do Estado de Mato Grosso.

Neste projeto, realizou-se uma análise das transformações urbanas que mais tem afetado os espaços públicos enquanto símbolo de urbanização e adensamento populacional que ocorreram na cidade de Cuiabá e identificamos nelas as memórias, as novas identidades que se constituem instrumentos da formação territorial pelo poder público e como isso influencia na construção da cidadania.

Tratando de nosso projeto Parque do Caju, percebemos sua grande importância para uma nova caracterização do bairro Morada da Serra no CPA III da cidade de Cuiabá. A requalificação daquele espaço público leva em conta sua importância para a tessitura da cidade, pois trata-se de propor um parque linear no entorno do córrego do caju, que hoje se encontra assoreado e com alguns pontos canalizado, trará o retorno ao seu estado natural, com a despoluição do mesmo e com o replantio de árvores, construção novos equipamentos urbanos para uso e convívio da população do entorno, melhoramento da qualidade de vida. E assim resgatar a vitalidade do próprio córrego e desse fragmento urbano esquecido e que tem grande importância para a bacia hidrográfica da cidade de Cuiabá.

REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; KATO, Volia Regina Costa; ROSIN, Jeane Rombi de Godoy. A urgência das águas: intervenções urbanas em áreas de mananciais. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 83-107, May 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100083&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Ago. de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3304>.

ARRUDA, Flávia Marcarine. **A participação do usuário na arquitetura e em intervenção urbana.** *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. 2017, vol.9, n.3, pp.500-512. Epub Aug 10, 2017. ISSN 2175-3369. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.003.ao09>.

BARRETTO, M.; GISLON, J. M. O **flâneur revisitado: processos de revitalização urbana e caminhabilidade.** *Revista Hospitalidade*, v. 10, n. 1, p. 54-77, 2013.

BOTTA, Mário. **Ética do Construir.** Traduzido por Catarina Teles Ferreira. Edições 70. Lisboa, Portugal. 1996.

BRAGA, Roberto. Qualidade de vida urbana e cidadania. **Território & cidadania.** Rio Claro, SP, ano II, n. 2, jun – dez, 2002. Disponível em: < <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territoriocidadania/artigos/braga%203.htm> >. Acesso em: 20 out. 2020.

BORTOLOZZO, Carolina Vitória Ortenzi. Proposta para a recuperação e requalificação de áreas subutilizadas no centro de São Paulo. 4º **Colóquio Brasil-Portugal**, São Paulo. Novembro de 2016. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/9.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.651**, de 25 de Maio de 2012. Que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm >. Acesso em: 07 out. 2018. BRASIL. Resolução n. 369, de 28 de março de 2006. Que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Disponível em: < <https://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489> >. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. **Resolução n. 369**, de 28 de março de 2006. Que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Disponível em: < <https://www.2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489> >. Acesso em: 07 out. 2018.

CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade de Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CUIABÁ. **Lei n. 150**, de 29 de janeiro de 2007. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá e dá outras providências. Disponível em: < www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/plano_diretor_de_desenvolvimento_estrategico_cuiaba.pdf >. Acesso em: 26 out. 2020.

FRANCO, M. de A. R. **Infraestrutura Verde em São Paulo** - O Caso do Corredor Verde Ibirapuera-Villa Lobos. Rev. LABVERDE, São Paulo, v.1, n.1, p. 134-155, 2010.

FREIRE, M.T.S. Intervenção urbana nas orlas do rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes, RJ. 2015. 119 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Educação, ciência e tecnologia Fluminense, Rio de Janeiro.

GEHL J. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva.2015.

GUARIM, V.L.M.S. e VILANOVA, S.R.F. **Parques urbanos de Cuiabá, Mato Grosso: Mãe Bonifácia e Massairo Okamura**. Entrelinhas: EdUFMT, 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: Acesso em: 05 set. 2020.

KLIASS, R.G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: PINI, 1993.

LEFF. Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Vanzuela. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAERA, Luiza Helena Nunes. **Arborização urbana e o sequestro de carbono: Um potencial mercado a ser explorado na cidade do Rio e Janeiro**. VI Encontro Eco-Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Brasília, 21 p., 2005.

LIMA, José Julio; OLIVEIRA, Ingrid Rodrigues ; GUIMARÃES, Luíz Fernando. Proposta de requalificação urbana com enfoque ambiental para o bairro Parque Guajará em Belém, Pará: uma experiência acadêmica. In: 3º Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. **APPURBANA**. Disponível em: <http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT4-252-123-20140531180051.pdf> Acesso em: 02 Ago. 2020.

MACEDO, S. S. SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MARTINS, José Rodolfo Scarati. *et at.* **Água em ambientes urbanos - uso de técnicas urbanísticas para mitigação da impermeabilização: parques lineares**. Disponível em < http://www.pha.poli.usp.br/LeArq.aspx?id_arq=14203. > Acesso em 25. Out. 2020.

MIRANDA, Thaís. **O papel social dos arquitetos e urbanistas**. Disponível em: <https://construir.arq.br/o-papel-social-dos-arquitetos-e-urbanistas/?v=9a5a5f39f4c7>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

MOURA, João Seixas et al. **A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo**. Cidades- Comunidades e Territórios, Dez. 2006, n° 12/13, pp. 15-34.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes - Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. N° 5 (Dez. 2007), p.117-129. Disponível em: < <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>>. Acesso em 02 set. 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. ONU BR. **Agenda 2030**. Disponível em: <http://svs.aims.gov.br/dantps/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/ods/publicacoes/transformando-nosso-mundo-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ONU (organização das nações unidas) **Conferência**, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Estocolmo, 1972.

PORTO CARRERO, J. A. B. **Tecnologia Indígena em Mato Grosso**: Habitação. Entrelinhas, Cuiabá, 2010.

Sachs, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel. 1993

SÃO PAULO, P.D. (2014). Plano diretor da cidade de São Paulo, de 31 de julho de 2014, São Paulo. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf. Acesso em 26 de ago.2020.

SCALISE, W. Parques Urbanos – Evolução, Projeto, Funções e Usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p.17-24, 2002. Disponível em: < http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 15 dez. 2009.

SILVA FILHO, D. F. da; TOSETTI, L. L. Valoração das árvores no Parque do Ibirapuera - SP: Importância da infraestrutura verde urbana. **Revista LABVERDE**, 2010, p.11-25. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i1p11-25>

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*[S.l: s.n.], 2015.

XAVIER, Ana Estela Vaz. A REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS E SUA RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 2, p. 72-89, dez. 2016. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/355>>. Acesso em: 02 nov. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v2i4.355>.